



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

Paula Candido Cunha

SEXUALIDADES NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Florianópolis

2021

Paula Candido Cunha

SEXUALIDADES NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Trabalho de conclusão de curso, referente à disciplina: Trabalho de conclusão de curso II (INT5182) do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Grau de Enfermeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Olga Regina Zigelli Garcia

Coorientadora: Profa. Msc. Gabriela da Silva

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cunha, Paula Candido

Sexualidades na adolescência e escola: um diálogo possível? / Paula Candido Cunha ; orientador, Olga Regina Zigelli Garcia, coorientador, Gabriela da Silva, 2021.
64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Enfermagem. 2. Adolescência . 3. Sexualidade . 4. Sexualidade na Adolescência. 5. Educação Sexual na Escola.
I. Regina Zigelli Garcia, Olga. II. da Silva, Gabriela.
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Enfermagem. IV. Título.

Paula Candido Cunha

SEXUALIDADES NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado como requisito parcial para obtenção do Título de Enfermeira e aprovado e sua forma final pelo Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de abril de 2021.

Prof. Dra. Felipa Rafaela Amadigi

Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Olga Regina Zigelli Garcia

Orientadora e Presidente

Profa. Msc. Gabriela da Silva

Co-orientadora

Profa. Dra. Maria Lígia dos Reis Bellaguarda

Membro efetivo

Profa. Dra. Laís Antunes Wilhelm

Membro efetivo



Dedicatória

Dedico este estudo à Juanita Candido Cunha, (*in memoriam*) minha mãe, professora, mulher forte e mulher de força, com quem aprendi, entre outras coisas, a ser feminina e que, mesmo em outro plano da existência, continua sendo meu paradigma de tenacidade, ética, dignidade, feminilidade e resiliência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me proporcionado a vida, trilhando meus caminhos para que eu pudesse chegar aqui e concluir essa etapa.

A minha mãe Juanita Candido Cunha, que em 2014 deixou a mim e minha família fisicamente, mas que continua viva em nossos corações. Por ter sido sempre um grande exemplo de mulher que mesmo após sua morte continua me trazendo muito aprendizado, me consolando e acima de tudo olhando por mim.

Ao meu pai Paulo Henrique Delfino Cunha, que há 7 anos faz também papel de mãe e que desde sempre lutou para que eu pudesse ter uma educação de qualidade e para que não me faltasse nada. Para que eu estivesse preparada para o mercado de trabalho e para a vida adulta, sempre me apoiando e me incentivando a ir além. Esta conquista é sua também.

Às minhas avós Sueli Schaffer Candido e Namir Barbosa Cunha e meus avôs João Antônio e Geraldo Delfino Cunha, e minha avó de coração Elizabeth Yoda, por serem desde sempre presentes, por me representar carinho e um abrigo seguro, por estarem do meu lado nos piores e melhores momentos. Vocês são meus tesouros mais preciosos.

Às minhas madrinhas Gisele Locks Candido e Érica Luiza Cunha Steffens e minhas tias Thati Regina Cunha da Silveira, Ediane Pavanati dos Santos, Sheila de Fátima Cunha dos Santos e Luciene Garcia Cunha por sempre terem palavras sábias para me acolher em momentos conturbados, pelo incentivo constante em seguir meus sonhos, por me fornecerem muita força e incentivo para continuar. Vocês não desistiram de mim nem quando eu mesma queria desistir e nunca duvidaram de que eu era capaz. Agradeço por estarem do meu lado e por me acompanharem sempre.

As minhas amigas de sempre: Marihá Behr, Letícia Martins, Gabriela Bosquetti, Maria Eduarda Stein, Maria Eduarda Teixeira, Marcella de Oliveira Cipriani, Juliana Joureiro e Beatriz Bender que me apoiaram, que torceram por mim, vibraram com todas as minhas conquistas, me consolaram nos momentos difíceis e me acompanharam até aqui.

As minhas amigas que conquistei ao longo da graduação, Adrielle Kuster, Jaiane Maria, Maria Eduarda Massari e Rhuan Medeiros, que partilharam comigo o suor e as alegrias, tornando assim a jornada acadêmica mais leve e mais satisfatória.

À Universidade Federal de Santa Catarina, minha instituição de ensino, agradeço pelo ambiente propício à evolução e crescimento, pelas oportunidades que recebi e pelos

professores e supervisores conceituados, que transmitiram seus ensinamentos e experiências com a finalidade de nos tornar profissionais preparados e mais humanos, eles com certeza fizeram toda a diferença para o meu aprendizado.

Um agradecimento especial à minha orientadora Olga Regina Zigelli Garcia, que com muita paciência e sabedoria, não só me forneceu orientação necessária para o presente trabalho, mas também para toda minha vida. Não há como descrever a complacência e o cuidado que tivestes comigo como aluna e como ser humano muito menos o exemplo gigante que és de enfermeira, professora e mulher.

Também agradeço à minha co-orientadora Gabriela da Silva pelos ensinamentos e contribuições. Por sempre apresentar disponibilidade para ajudar e me acalmar com suas palavras frente à um novo desafio.

Aos membros da Banca Examinadora, professoras Laís Antunes Wilhelm e Maria Lígia dos Reis Bellaguarda, que se dispuseram a colaborar neste momento da minha formação acadêmica.

Ao Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades – AFRODITE por sempre ampliar minha visão para novos olhares, pelo aprendizado e também pela contribuição na coleta de dados.

Por fim, meu agradecimento especial as professoras e professores que se dispuseram a participar dessa pesquisa, relatando suas ricas experiências, contribuindo para meu crescimento pessoal e acadêmico e para o alcance do objetivo do presente estudo.

RESUMO

Pesquisa descritiva qualitativa que teve por objetivo compreender os limites e possibilidades de professores/as de ensino médio em abordar a temática da sexualidade no processo educativo no ambiente escolar com estudantes do ensino médio. A coleta de dados foi realizada nos meses de setembro a novembro de 2020, utilizando entrevista semi-estruturada via *google forms*®. A análise do conteúdo, deu origem a três categorias de análise: Desconhecimento ou não reconhecimento de outras sexualidades; Práticas pedagógicas em sexualidade; Silenciamentos e resistências. Os resultados apontam que a sexualidade é tratada como tema transversal no currículo escolar e que educadoras/es reconhecem e sentem a ausência de formação inicial e continuada para trabalhar a temática. Aquelas/les que o fazem reproduzem práticas pedagógicas centradas no modelo biomédico cisheterocentrado. Tanto as perguntas feitas por estudantes, quanto as falas de educadoras/es desvelam que outras sexualidades, além da heterossexual permeiam o ambiente escolar e o mundo das/os adolescentes. As estratégias utilizadas para trabalhar a temática vão desde a negação e fixação na matriz biológica, até ao reconhecimento da diversidade sexual. Entre as barreiras encontradas para trabalhar a temática na escola destacam-se: a falta de formação; o medo da reação da família; dogmas religiosos e falta de apoio de colegas e/ou direção da escola. Frente à tensionamentos em função da diversidade sexual na escola a conduta é buscar parceria com palestrantes e/ou encaminhamento para coordenação pedagógica, direção e/ou psicólogo da escola, apontando para a ideia de patologização das sexualidades dissidentes. Todas/os respondentes relataram interferir frente às atitudes preconceituosas e discriminatórias, buscando evitar violência emocional entre colegas, o que aponta para atitudes de resistência frente às tentativas de silenciamento. Como resultado final evidencia-se a necessidade de investimento na formação de educadoras/es do ensino básico, capacitando-as/os para assumir a educação sexual como um dos papéis da escola proporcionando uma rede de apoio em uma idade em que dúvidas e questionamentos sobre sexualidade permeiam o universo de adolescentes.

Palavras-chave: Sexualidade. Adolescência. Sexualidade na Adolescência. Educação Sexual na Escola.

ABSTRACT

Qualitative descriptive research that aimed to understand the limits and possibilities of high school teachers in addressing the theme of sexuality in the educational process in the school environment with high school students. Data collection was carried out from September to November 2020, using semi-structured interviews via google forms. To analyze the results, content analysis was used, giving rise to three categories of analysis: Ignorance or non-recognition of other sexualities; Pedagogical practices in sexuality; Silences and resistances. The results show that sexuality is treated as a transversal theme in the school curriculum and that educators recognize and feel the absence of initial and continuing training to work on the theme. Those who do so reproduce pedagogical practices centered on the cishetero-centered biomedical model. Both the questions asked by students and the statements of educators reveal that other sexualities, in addition to heterosexuality, permeate the school environment and the world of adolescents. The strategies used to work on the theme range from denial and fixation in the biological matrix, to the recognition of sexual diversity. Among the barriers found to work on the theme at school, the following stand out: the lack of training; fear of the family's reaction; religious dogmas and lack of support from colleagues and / or school management. Faced with tension due to sexual diversity at school, the conduct is to seek partnership with speakers and / or referral to the school's pedagogical coordination, direction and / or psychologist, pointing to the idea of pathologizing dissident sexualities. All of them interfere in the face of prejudiced and discriminatory attitudes, seeking to avoid emotional violence between colleagues, which points to attitudes of resistance to attempts at silencing. As a final result, there is a need for investment in the training of educators of basic education, enabling them to assume sex education as one of the roles of the school, providing a support network at an age when doubts and questions about sexuality permeates the universe of adolescents.

Keywords: Sexuality. Adolescence. Sexuality in Adolescence. Sex Education at School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP/CONEP – Comitê de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

EaD – Educação a Distância

DST – Doença Sexualmente Transmissível

HIV – *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da Imunodeficiência Humana)

IEG/UFSC – Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

MEC – Ministério da Educação

OPAS – Organização Pan-americana de Saúde

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento livre e esclarecido

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	14
2.1 OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3.1 ADOLESCÊNCIA.....	15
3.2 SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA.....	16
3.3 EDUCAÇÃO SEXUAL.....	17
3.4 IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUAL COMO DISPOSITIVO ESCOLAR.....	19
4 METODOLOGIA.....	21
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	21
4.2 CENÁRIO DO ESTUDO.....	21
4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	21
4.4 COLETA DE DADOS.....	22
4.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	22
4.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	24
5 RESULTADOS.....	25
5.1 SEXUALIDADES NA PRÁTICA ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	25
6 CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	533
APÊNDICE A – Instrumento para entrevista semi-estruturada com professores.....	56
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Professores.....	62

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma das dimensões da existência da vida humana, tanto do ponto de vista das experiências individuais quanto do ponto de vista dos aspectos sociais e históricos da humanidade, à medida em que ao longo da história ela perpassa a experiência humana, produzindo e (re)afirmando nossas crenças, culturas, prazeres, mistérios e mudanças. Ao compor nossa identidade, enquanto dimensão social, cultural e política, a sexualidade “seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos universalmente, da mesma forma (LOURO, 2015).

Um dos papéis (e talvez o mais difundido) que a sexualidade desempenha é a reprodução e perpetuação das espécies. Contudo, ela também se constitui em fonte de desejos e prazeres e como tal, apesar de estarmos no século XXI, continua sendo uma temática carregada de significados e percepções de sexo e, conseqüentemente de tabus, preconceitos, medos e dúvidas.

Há de se considerar ainda que historicamente foi construída toda uma verdade, sobre a sexualidade, como objeto do saber, para de alguma forma servir de controle. Como afirma Foucault:

do devir de um saber que gostaríamos de apreender e sua raiz: nas instituições religiosas, nos regulamentos pedagógicos, nas práticas médicas, nas estruturas familiares no seio das quais ele se formou, mas também nas coerções que ele exerceu sobre os indivíduos, desde que foram persuadidos de que teriam de descobrir neles mesmos a força secreta de que teriam de uma ‘sexualidade’ FOUCAULT (2014, p.11).

É neste contexto que estas verdades construídas, são repassadas como forma de manter a sexualidade “sob controle”, principalmente para aqueles que estão iniciando seus aprendizados em sexualidade, como é o caso dos adolescentes.

Segundo a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), a adolescência envolve a idade entre os 10 e 19 anos de idade e é uma etapa do desenvolvimento humano marcada por mudanças significativas, pois é neste momento que se passa por várias transformações físicas, psicológicas, emocionais e sociais e onde costuma aflorar a sexualidade, geralmente carregada de dúvidas, contradições e conflitos em disputa (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2017).

Destaca-se, neste aspecto, que os programas e políticas de saúde na adolescência e a maioria dos serviços de saúde, principalmente a atenção primária à saúde, não possuem ações voltadas especificamente para essa população, particularmente na abordagem da sexualidade em uma perspectiva ampliada, que considere a orientação sexual, as questões de gênero, vulnerabilidades e não meramente a esfera biológico-reprodutiva (GUBERT *et al.*, 2009).

Sem encontrar apoio para suas dúvidas em sexualidade no sistema de saúde, um outro espaço frequentado diariamente por uma ampla maioria de adolescentes no qual poderiam buscar as respostas que tanto buscam é a escola. Partindo-se da consideração de que a sexualidade se constitui em um processo educativo de aprendizagens constantes, poder-se-ia esperar que entre as funções sociais da escola, estaria a da educação sexual de jovens. Porém, é nela que costumamos encontrar as maiores dificuldades em se falar de sexualidade, por se partir do pressuposto de que este tema pertence a vida privada.

Apesar de não haver uma “educação para sexualidade” institucionalizada, é na escola que, através dos disciplinamentos e normatizações, educamos não somente as mentes, mas também os corpos. É, principalmente no ambiente escolar que as proibições e as regras contribuem para que os adolescentes fiquem mais confusos e mais propensos a receber informações erradas, muitas vezes buscadas e obtidas com seus pares.

Meu interesse pela temática da educação sexual na escola se deu a partir da observação atenta obtida por meio de interlocução com adolescentes que rodeavam meu universo social e profissional, os quais apresentavam inúmeras dúvidas sobre a sexualidade, mas não as tiravam por medo e vergonha. Inclusive a partir de minha própria experiência enquanto adolescente no ambiente escolar, em que muitas dúvidas e questionamentos me surgiram sem ter a quem recorrer para saná-las. Partindo do pressuposto de que os adolescentes estão em período escolar, geralmente no ensino médio, tal constatação me trouxe um questionamento: existe na escola um diálogo sobre sexualidade com seus estudantes de ensino médio?

Como problema de pesquisa considero ressaltar a importância de identificar se e como professores abordam as questões da sexualidade com os estudantes do ensino médio. Para responder a esta problemática, tracei como objetivo do presente estudo compreender os limites e possibilidades de abordar a temática sexualidade no processo educativo no ambiente escolar com estudantes do ensino médio.

Desta forma espero, com o presente estudo, contribuir para desmistificar tabus, crenças, preconceitos e discriminações sobre a inclusão da temática sexualidade no ambiente escolar, subsidiando a formação de uma rede de apoio escolar sobre esta temática em uma idade em que dúvidas e questionamentos sobre a mesma permeiam o universo social de todos, em especial aqui, de adolescentes, contribuindo para o processo educativo escolar na construção de práticas pedagógicas mais plurais em termos de sexualidade.

2 OBJETIVOS DO ESTUDO

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender os limites e possibilidades de professores/as de ensino médio em abordar a temática da sexualidade, no processo educativo no ambiente escolar, com estudantes do ensino médio.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2.1 Identificar as dúvidas de estudantes do ensino médio recebidas por professoras/es na temática da sexualidade e a conduta da escola frente as mesmas;

2.2.2 Descrever a percepção de professoras/es sobre sua formação inicial e continuada para trabalhar as questões de sexualidade no ambiente escolar;

2.2.3 Localizar as barreiras e as potencialidades encontradas por professoras/es do ensino médio para trabalhar a temática da sexualidade na escola.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir apresentamos uma breve revisão de literatura sobre alguns aspectos fundamentais para subsidiar as discussões dos resultados da presente pesquisa.

3.1 ADOLESCÊNCIA

Antigamente a adolescência era considerada o período de transição que resulta na entrada à vida adulta. Já abordagens atuais, enfatizam uma variedade de transições e sequências. Eventos como a puberdade e experiências escolares sinalizando o início desse período; concluir a escola e começar a vida profissional, indicam o fim da adolescência e o início da adulta (SANTROCK, 2014).

Ainda que ocorram mudanças biológicas neste período, pode-se dizer que a adolescência é um conceito social, que se modifica de uma cultura para outra. Pode ser entendida como um comportamento, na medida em que enquanto sujeitos culturais somos construídos pelo meio social que vivemos. Portanto, a adolescência não acontece de forma igual em todas as culturas. Dependendo da cultura, do momento histórico, ou mesmo das vivências de cada ser, ela pode chegar mais cedo ou mais tarde. No entanto, é consenso que nesta fase tende a ocorrer uma busca frenética pela identidade e o despertar do erotismo, gerando conflitos internos e externos que influenciam decisões e deixam as/os adolescentes vulneráveis a pressões. Importante destacar que as/os adolescentes tendem a ser facilmente influenciados pelo grupo social mesmo que tenham dificuldade em identificar suas percepções e sentimentos em relação à sexualidade, sem ter um conceito formado sobre esta temática (SOUSA; FERNANDES; BARROSO, 2006).

Como visto, as definições sobre adolescência são variadas e ocorrem em função do período etário, das transformações corporais, das mudanças biológicas e psicológicas. Por vezes, tais entendimentos empregam um ‘tom’ uniforme a processos que partilham de um coletivo, mas que são vividos individualmente. Entender o jovem dessa forma significa superar uma noção homogeneizante e naturalizada, passando a percebê-lo como sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares. Além disso, deve-se também aceitar a existência de pontos em comum que permitam tratá-lo como uma categoria social (FREITAS; DIAS, 2010; BRASIL, 2013, ZUCCO; GARCIA, 2015).

3.2 SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

A sexualidade é uma construção histórica, cultural e social e se transforma conforme mudam as relações sociais vindo a ser é um dos aspectos fundamentais do viver humano, envolvendo práticas e desejos ligados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. Pelo seu caráter histórico, cultural e social foi e continua sendo histórica e culturalmente cercada de tabus, mitos, preconceitos, interdições e relações de poder (MACEDO *et al.*, 2013).

Neste contexto, na adolescência, configura-se como um elemento que contribui para a formação da identidade e é manifestada por múltiplas identificações que envolvem a aceitação da própria imagem corporal, a descoberta do outro como elemento de amor ou desejo, do encontrar-se e das relações com os familiares, grupos e profissionais (ARAGÃO, 2017).

A atividade sexual é situada por Bozon (2004) como marca significativa da nova estruturação das idades e do curso da vida como decorrência das mudanças sociais e, particularmente, da forma como as pessoas se relacionam. Em função disso, afirma que a adolescência se caracteriza por uma faixa etária que tem por finalidade a entrada na sexualidade. Segundo este autor, “a sexualidade genital tornou-se um limiar social decisivo, que se impõe a todos e faz com que se entre em uma nova idade, a juventude” (BOZON, 2004, p.64). Este momento é marcado pelo distanciamento da/o adolescente das instituições primárias de socialização e pela criação de vínculos de identificação com seus pares e amores sexuais. Tal processo possibilita a instituição de uma esfera privada, que certifica, mormente, a construção de autonomia e identidade.

A OPAS afirma que a maioria das pessoas tem sua iniciação sexual na adolescência e que esta é uma fase de experimentação, de conhecimento do próprio corpo em que podem ocorrer desejos sexuais entre pessoas do mesmo sexo que estão se descobrindo, experimentando o que é ser homem, o que é ser mulher, sendo que essas experiências não serão necessariamente definidoras da identidade de gênero, sexual e/ou orientação sexual. No entanto é importante destacar que quanto mais precocemente se iniciam as relações sexuais, menos informação e conhecimentos os jovens possuem, o que abre uma grande possibilidade para terem comportamentos de risco que estão minimamente associados a Infecções Sexualmente Transmissíveis e gravidez indesejada, tornando a inserção do diálogo sobre a temática da sexualidade cada vez mais importante na vida do adolescente (BRÁS, 2012; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2017).

3.3 EDUCAÇÃO SEXUAL

A Educação sexual é entendida como o processo educativo, formal e informal através do qual se busca ensinar e esclarecer questões relacionadas ao corpo, sexo e sexualidade. Por meio desta educação as/os adolescentes se nortearão em direção ao seu desenvolvimento sexual de forma responsável e mais saudável à medida em que, através dela, preencherão lacunas de informação, erradicando tabus, preconceitos, abrindo a discussão sobre as emoções e valores, com o objetivo de prepará-las/os para a vida sexual de forma segura e responsável (BRETAS *et al.*, 2007).

No Brasil, a educação sexual é reconhecida como importante tanto pelo governo federal como pelo estadual. Em nível estadual a Proposta Curricular de Santa Catarina 2014, cita os temas da Educação para as Relações de Gênero, a Educação para Diversidade Sexual e Educação e Prevenção, como formas de contribuir com a educação sexual. Cita ainda, que a mesma deve superar os padrões estereotipados das relações de gênero e o modelo familiar tradicional, requerendo para tanto o reconhecimento dos diversos arranjos familiares (GRAUPE; SOUZA, 2015).

Em nível federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação propõem que:

A Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus (BRASIL, 1997, p. 300).

Na educação sexual formal, busca-se esclarecer e ensinar as/os adolescentes as questões relacionadas a gênero, a sexo e a sexualidade, rompendo preconceitos e tabus, esclarecendo dúvidas sobre preservativos, infecções sexualmente transmissíveis, sistema sexual masculino e o feminino, planejamento familiar, contracepção e gravidez, entre outros. Seu objetivo principal é preparar os adolescentes para a vida sexual de forma segura, chamando-os à responsabilidade de cuidar de seu próprio corpo para que não ocorram situações futuras indesejadas. Infelizmente o ser humano, e em especial as/os adolescentes, com a errônea percepção de invulnerabilidade, tendem a acreditar que o perigo sempre está ao lado de outras pessoas e que nada irá acontecer com ele mesmo, o que o coloca vulnerável a várias situações de risco (DANTAS, 2016).

No entendimento de Souza, Fernandes e Barroso (2006), em nível escolar, as atividades referentes à educação sexual possibilitam a análise focalizando as crenças, mitos e tabus, tanto por parte dos adolescentes como de seus pais. Ela não é necessariamente uma disciplina, devendo ser vista como um tema transversal da educação: deve começar quando a criança entra na escola, se desenvolvendo durante todo o período escolar. Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental (até ao 5º ano), a escola não deve estruturar horários específicos, como comumente ocorre com as disciplinas curriculares. O trabalho junto às crianças deve acontecer no dia-a-dia, quando esta apresenta alguma curiosidade ou tem alguma atitude na qual o docente considere adequado intervir.

A parceria casa/escola é indispensável para uma educação sexual de qualidade e para tanto, é importante que o corpo docente busque qualificação para abordagem da temática da sexualidade, na certeza de estarem se apropriando de uma de suas funções.

A educação sexual vai para além de cuidados com a prática sexual e envolve vários aspectos do viver humano, pois o mais importante não é o foco na orientação sexual, uso de preservativos e anticoncepcionais, mas sim o resgate do indivíduo enquanto sujeito de suas ações, o que favorece o desenvolvimento da cidadania, do respeito, do compromisso, do autocuidado e do cuidado com o outro (SAITO; LEAL, 2000).

Esta visão é corroborada pela afirmação de Zucco e Garcia (2015) de que na educação sexual:

As temáticas trabalhadas devem incluir: as questões de gênero e identidade sexual; a diversidade sexual humana; a equidade de gênero; o respeito pela diferença e combate aos preconceitos e discriminação; a questão da imagem e valores associados ao corpo; construção de uma postura crítica frente aos padrões de beleza idealizados; transformações corporais da puberdade; mecanismo de concepção, gravidez e parto; os aspectos anátomo-fisiológicos da sexualidade; os diferentes métodos contraceptivos e seus efeitos nos corpos de mulheres e homens; o planejamento familiar/maternidade e paternidade responsável; entre outros, desvinculando a sexualidade dos tabus e preconceitos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida. Com este olhar, o enfoque das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), por exemplo, deve ser na promoção da saúde e das condutas preventivas, ou seja, na desvinculação da relação estabelecida entre sexualidade, doenças e morte. No caso do vírus da imunodeficiência humana (HIV), a mensagem não deve ser a doença em si, mas sim a de que a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) pode ser prevenida, assim como a discriminação social vivenciada pelas as pessoas que portam o vírus (ZUCCO; GARCIA, 2015, p. 62).

Escola e família são, portanto, os pilares da educação sexual. Enquanto a mães e pais são os primeiros professores para educação sexual, é na escola que os adolescentes aprendem sistematicamente, de forma intencional e planejada sobre as infecções sexualmente

transmissíveis e os métodos de prevenção, entre eles a gravidez indesejada e suas implicações para o viver humano. Neste cenário, tanto a escola quanto a família, têm a obrigatoriedade de guiar essa juventude para um caminho mais consciente, no qual ele solidifique o respeito pelo próprio corpo e pelo do/a parceiro/a (LIMA; SANTOS, 2013).

Ao concluir sua pesquisa sobre conhecimentos e condutas em educação sexual de famílias de adolescentes estudantes de ensino médio Simon (2016) concluiu que existe um abismo entre o que se entende por educação sexual e as informações sobre sexo e sexualidade no contexto familiar

Ao admitirem a falta de preparo para trabalhar a temática e assumirem que gostariam de ajuda da escola e profissionais da saúde para tanto, deixam clara a necessidade de uma capacitação em educação sexual para as mães de jovens adolescentes. Tal necessidade deve ser percebida pela escola, que além do trabalho educativo com jovens adolescentes, na certeza de que as mães são as primeiras professoras de suas/seus filhas/os, deve buscar desenvolver essa capacitação propiciando abertura no contexto familiar para o diálogo franco e sincero sobre sexo e sexualidade. Além desta capacitação a escola tem que assumir a educação sexual como um de seus papéis, buscando a parceria com a família para que nesta se desenvolva uma educação sexual de qualidade. Ressalto aqui que é necessário que tanto profissionais da saúde como a escola se capacitem e empoderem-se para abordar e desenvolver a educação sexual, sem medo de represálias por parte da família (SIMON, 2016, p. 32).

Este cenário aponta para a importância de um trabalho conjunto, casa/escola como já mencionado, pois não há dúvida de que o espaço escolar é um lugar privilegiado na medida em que concentra uma grande parte dos adolescentes sendo, portanto, adequado para discutir alternativas de gênero, diversidade, religiosidade, sexualidade, violência entre outros temas. A escola deve considerar ainda o atual contexto social onde as redes sociais fazem parte do dia a dia dos jovens lançando mão de estratégias para atingir este público através das novas tecnologias (JACOVAS, 2016).

3.4 IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUAL COMO DISPOSITIVO ESCOLAR

É na escola que são transmitidos conteúdos formais e ela é agente de produção, reprodução e naturalização de conceitos não formais. Para Louro (2007), o papel de determinar ou desvendar as identidades sexuais não pode ser atribuição da escola, porém “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, “tem efeitos de verdade”, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 2007, p. 32).

Na escola, cotidiano e currículo se interpelam e se implicam mútua e indissociavelmente, ao longo de uma vasta produção de discursos, enunciados, gestos e ocorrências, (re)construindo saberes, sujeitos, identidades, diferenças, hierarquias. Assim como na sociedade, nela também circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens: classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia entre outras. Em relação à sexualidade pode-se dizer que a escola é um espaço obstinado na produção, reprodução e atualização dos parâmetros da heteronormatividade – um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão. Como se não bastasse regular a sexualidade, nela também se regula o gênero. Neste sentido, as disposições heteronormativas voltam a se naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade: a centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero, as quais, fundamentadas na ideologia do “dimorfismo sexual”, agem como estruturadoras de relações sociais e produtoras de subjetividades. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade hegemônica e obrigatória torna-se o principal sustentáculo da heteronormatividade, dando espaço ao heterossexismo e homofobia, instaurando um regime de controle e vigilância não só da conduta sexual, mas também das expressões e das identidades de gênero, como também das identidades raciais (LOURO, 2004; 2015).

Ciente deste papel “normatizador” desempenhado pela escola, a partir da sensibilização e capacitação de professoras e professores para a temática da diversidade sexual, o governo federal, em 2011, lançou o Caderno Escola Sem Homofobia, na tentativa de combater a LGBTfobia presente nas instituições de ensino fundamental e médio do país através da desconstrução de estigmas e preconceitos acerca das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e trans (LGBT). O objetivo era repassar informação qualificada, que fugisse ao discurso heteronormativo, machista e sexista que veladamente educa e deseduca alunas e alunos. Não nos cabe aqui discutir as conjunturas que impediram a reprodução e disseminação do referido material, mas a dúvida que nos fica quando pensamos em direitos humanos é: “escola para todos?”.

O que acontece nas salas de aula e nos pátios das escolas? Por que o DSM-IV aponta o ingresso na escola como a fase mais crítica? A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão” (BENTO, 2011).

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Esta abordagem de pesquisa se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados.

Segundo Guerra:

Na abordagem qualitativa, a cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (GUERRA, 2014, p.11).

Em uma pesquisa descritiva observa-se, pesquisa-se, analisa-se e relacionam-se os fatos a serem analisados. Nesta, busca-se com maior exatidão possível informações, estuda-se a frequência com que este fato ocorre e sua natureza e conexão com outros (AMARAL, 2010).

4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

Em um primeiro momento o cenário pensado para o desenvolvimento da pesquisa foram duas escolas da grande Florianópolis, sendo uma privada e uma da rede pública de educação. No entanto, com a chegada da Pandemia da COVID-19 e a adoção do ensino remoto a pesquisa “*in locu*” ficou impossibilitada, sendo o cenário de estudo o meio virtual, como melhor detalhado na coleta de dados.

4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes da pesquisa foram educadoras/es que lecionam no ensino médio. Foi realizado um primeiro contato verbal com professoras de ensino médio, da rede social e familiar das pesquisadoras, que se dispuseram a repassar o link com o questionário *google forms*® para colegas que foram sucessivamente repassando para outros colegas professores, através da técnica *Snowball* conhecida como Bola de Neve que resultou em um total de 61 participantes.

Segundo Garcia *et al.* (2012, p. 155) na técnica bola de neve “cada participante indica outro membro da equipe que considera apto a contribuir com os objetivos da pesquisa, assim, sucessivamente, cada sujeito indica o próximo a ser entrevistado, considerando os critérios apresentados pela pesquisadora.” Ochoa (2015) afirma que a Bola de Neve é usada com frequência para acessar populações de baixas incidências e indivíduos de difícil acesso por parte do pesquisador. Acrescenta que essa técnica amostral vai crescendo à medida que os indivíduos selecionados convidam novos participantes. Segundo este autor, uma das desvantagens da técnica é o tamanho da amostra incontrolada uma vez que não permite determinar com precisão o tamanho da amostra a ser obtida.

Apesar de teoricamente professores de ensino médio não formarem uma população de difícil acesso para pesquisa, a pandemia de COVID-19, o ensino remoto, o *home office* e a recomendação para o “fique em casa”, acabou tornando esta população, no contexto da pandemia, de difícil acesso, motivo pelo qual, optou-se pela técnica Bola de neve para acessar os sujeitos da presente pesquisa.

Critérios de seleção: ser professor/a que atue no ensino médio.

4.4 COLETA DE DADOS

Em função do distanciamento social e ética sanitária em decorrência da COVID-19, para coleta de dados foi realizada uma entrevista semi-estruturada (Apêndice A) por meio de instrumento com questões estruturadas e não estruturadas, via *Google Forms*® para professores do ensino médio de escolas públicas, privadas ou ambas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) foi apresentado no início do formulário do *Google Forms*® deixando claro que ao responder ao mesmo ele estaria automaticamente aceitando participar do estudo, estando de acordo com o TCLE.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados foi utilizada a da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), segundo a qual:

O termo análise de conteúdo designa: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.47).

Esta técnica metodológica é aplicável em discursos diversos e a todas as formas de comunicação. Nela o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Segundo Bardin (2011) a pré-análise é a primeira fase, aquela em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise. No caso do presente estudo, as respostas dos participantes constituirão o corpus do trabalho.

A exploração do material constitui a segunda fase, denominada descrição analítica, que consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro). A exploração do material consiste numa etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2011).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2001).

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo atendeu aos princípios éticos preconizados pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos via Plataforma Brasil – base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP, norteando a orientação ao respeito dos aspectos éticos da pesquisa que envolve seres humanos. Assim também, passou por aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina e foi aprovada sob o número 4.308.374.

O preenchimento do questionário foi considerado aceite para participar do estudo uma vez que este inicia pelo TCLE. Quanto aos riscos que este estudo possa ter despertado nos participantes da pesquisa, destacamos que foram mínimos (e todos detalhados no TCLE). Destaca-se que por ser um estudo qualitativo não envolveu riscos de natureza física, nem acarretou implicações institucionais aos participantes uma vez que em nenhum momento o instrumento de coletas de dado pede a identificação da instituição escolar na qual o respondente está vinculado. No entanto, todos participantes foram alertados da possibilidade de haver desconforto por parte dos mesmos em responder ao questionário, sendo dada a oportunidade de desistir de responder a qualquer tempo. Já em relação aos benefícios da pesquisa, espera-se fomentar o campo de estudos e pesquisas sobre importância do vínculo escola-professor-estudante na temática sexualidade.

O monitoramento e segurança dos dados coletados serão armazenados por um período de cinco anos, em local seguro e posteriormente incinerados.

5 RESULTADOS

Seguindo a normativa para apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Enfermagem da UFSC, os resultados do presente estudo serão aqui apresentados na forma de manuscrito (artigo).

5.1 ABORDAGEM DAS TEMÁTICAS DE SEXUALIDADES NA PRÁTICA ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Paula Candido Cunha¹

Olga Regina Zigelli Garcia²

Gabriela da Silva³

RESUMO

Trata-se de pesquisa qualitativa com caráter descritivo que teve por objetivo compreender os limites e possibilidades de professores/as de ensino médio em abordar a temática da sexualidade no ambiente escolar com estudantes do ensino médio. Os dados foram coletados nos meses de setembro a novembro de 2020, com 61 participantes. Para análise dos resultados foi utilizada a análise de conteúdo dando origem a três categorias de análise: Desconhecimento ou não reconhecimento de outras sexualidades; Práticas pedagógicas em sexualidade; Silenciamentos e resistências. Os resultados apontam que a sexualidade é tratada como tema transversal no currículo escolar e que educadoras/es reconhecem e sentem a ausência de formação para trabalhar a temática o que leva a uma abordagem centrada na matriz biológica e na cisheteronormatividade. Constatou-se que outras sexualidades, além da heterossexual permeiam o ambiente escolar e o mundo dos adolescentes. As estratégias utilizadas para trabalhar a temática vão desde a negação e fixação na matriz biológica, até ao reconhecimento da diversidade sexual. Entre as barreiras encontradas para trabalhar a temática na escola destacam-se: a falta de formação; o medo da reação da família; dogmas religiosos e falta de apoio de colegas e/ou direção da escola. Sendo assim ou buscam palestrantes ou encaminham estudantes com sexualidades dissidentes para coordenação pedagógica, direção e/ou psicólogo da escola. Todas/os interferem frente às atitudes preconceituosas e discriminatórias, entendendo que são inadmissíveis no ambiente escolar. A maioria demonstrou atitudes de resistência frente às tentativas de silenciamento. Como resultado final evidencia-se a necessidade de investimento na formação de educadoras/es do ensino básico, capacitando-as/os para assumir a educação sexual como um dos papéis da escola proporcionando uma rede de apoio em uma idade em que dúvidas e questionamentos sobre sexualidade permeiam o universo de adolescentes.

Palavras-chave: Sexualidade. Adolescência. Sexualidade na Adolescência. Educação Sexual na Escola.

¹ Graduanda do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina

² Professora do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC. Co-orientadora

ABSTRACT

This is a qualitative descriptive research that aimed to understand the limits and possibilities of high school teachers in addressing the theme of sexuality in the school environment with high school students. Data were collected from September to November 2020, with 61 participants. To analyze the results, content analysis was used, giving rise to three categories of analysis: Ignorance or non-recognition of other sexualities; Pedagogical practices in sexuality; Silences and resistances. The results show that sexuality is treated as a transversal theme in the school curriculum and that educators recognize and feel the lack of training to work on the theme, which leads to an approach centered on the biological matrix and on cisheteronormativity. It was found that other sexualities, in addition to heterosexual, permeate the school environment and the world of adolescents. The strategies used to work on the theme range from denial and fixation in the biological matrix, to the recognition of sexual diversity. Among the barriers found to work on the theme at school, the following stand out: the lack of training; fear of the family's reaction; religious dogmas and lack of support from colleagues and / or school management. Therefore, they either seek lecturers or refer students with dissenting sexualities to the school's pedagogical coordination, direction and / or psychologist. All of them interfere in the face of prejudiced and discriminatory attitudes, understanding that they are inadmissible in the school environment. The majority showed attitudes of resistance to attempts at silencing. As a final result, there is a need for investment in the training of basic education educators, enabling them to assume sex education as one of the school's roles, providing a support network at an age when doubts and questions about sexuality permeates the universe of adolescents.

Keywords: Sexuality. Adolescence. Sexuality in Adolescence. Sex Education at School.

INTRODUÇÃO

Entendida como uma das dimensões da vida humana, a sexualidade é conceituada pela Organização Mundial da Saúde como um aspecto central do viver humano e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Ela é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007).

Segundo Foucault (2014) a seu respeito historicamente foi construída toda uma verdade, como objeto do saber, para de alguma forma servir de controle nas instituições religiosas, nos regulamentos pedagógicos, nas práticas médicas e nas estruturas familiares, sendo que estas verdades construídas, são repassadas como forma de mantê-la “sob controle”,

principalmente para aqueles que estão iniciando seus aprendizados em sexualidade, como é o caso dos adolescentes.

Definida como a passagem da infância para a vida adulta a adolescência caracteriza-se por transformações físicas, emocionais e sociais que, na maioria das vezes, se constituem em desafio. Ainda que seja consenso a ocorrência de mudanças biológicas neste período, pode-se dizer que a adolescência é um conceito social, que se modifica de uma cultura para outra podendo ser entendida como um comportamento, na medida em que enquanto sujeitos culturais somos construídos pelo meio social que vivemos, o que significa dizer que ela não acontece de forma igual em todas as culturas. No entanto, é consenso que nesta fase tende a ocorrer uma busca frenética pela identidade e o despertar do erotismo, gerando conflitos internos e externos que influenciam decisões e deixam as/os adolescentes vulneráveis a pressões, o que torna a iniciação sexual, cada vez mais precoce na atualidade, um dos grandes desafios desta etapa do desenvolvimento humano (SOUZA; FERNANDES; BARROSO, 2006; SANTROCK, 2014; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2017).

Com um imaginário permeado por dúvidas a respeito da sexualidade, muitas vezes sem fazer questionamentos e/ou obter respostas no seio familiar, a escola, frequentada diariamente pela maioria dos adolescentes, torna-se um lócus potencial para trabalhar esta temática, uma vez que, apesar de não haver uma “educação para sexualidade” institucionalizada, é nela que, através dos disciplinamentos e normatizações, educamos não somente as mentes, mas também os corpos.

Ha de se considerar ainda que no cotidiano e no contexto social em que vivemos, o classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia, bifobia, transfobia, entre outros movimentos discriminatórios, refletem no ambiente escolar através de discursos, gestos, intercorrências, hierarquias de maneira diretamente relacionada. A escola é um espaço onde se legitimam os parâmetros da heteronormatividade. Nela a heterossexualidade hegemônica e obrigatória torna-se o principal sustentáculo da heteronormatividade, desencadeando o heterossexismo e homofobia, tornando o ambiente escolar hostil, instaurando um regime de controle e vigilância não só da conduta sexual, mas também das expressões e das identidades de gênero, como também das identidades raciais, o que acaba sendo problemático, uma vez que a/o adolescente se encontra em fase de autodescobrimento de identidade, experimentação e necessidade de se pertencer ou “encaixar” a um determinado grupo (SOUZA; FERNANDES; BARROSO, 2006; LOURO, 2015).

Neste cenário, a partir de nossa experiência de interlocução com adolescentes que rodeavam nosso universo profissional e social, percebemos que os mesmos, apesar de apresentarem inúmeras dúvidas sobre a sexualidade, verbalizavam que não as sanavam com pais e/ou professores/as por medo e/ou vergonha. Partindo do pressuposto de que os adolescentes estão em período escolar, geralmente no ensino médio, tal constatação nos trouxe um questionamento: Como os professores abordam as questões de sexualidade com os estudantes do ensino médio?

Espera-se, com o presente estudo, contribuir para desmistificar tabus, crenças, preconceitos e discriminações sobre a inclusão da temática sexualidade no ambiente escolar, subsidiando a formação de uma rede de apoio escolar sobre esta temática em uma idade em que dúvidas e questionamentos sobre a mesma permeiam o universo social de todos, em especial aqui, de adolescentes, contribuindo para o processo educativo escolar na construção de práticas pedagógicas mais plurais em termos de sexualidades.

MÉTODO

Caracterização do estudo

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Esta abordagem de pesquisa se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (GUERRA, 2014).

Cenário do estudo

Tendo em vista a Pandemia da COVID-19 e a adoção do ensino remoto e as medidas sanitárias, a pesquisa “*in locu*” ficou impossibilitada, sendo o meio virtual o cenário de escolha – utilizadas plataformas *on line* e aplicativo de telefone móvel para ambientar o desenvolvimento do estudo.

Participantes do estudo

Os participantes da pesquisa foram 61 (sessenta e um) educadoras/es que lecionam no ensino médio, em escolas públicas, privadas ou ambas da região da Grande Florianópolis. Foi feito um primeiro contato verbal com professoras de ensino médio, da rede social e familiar das pesquisadoras que se dispuseram a repassar o link com o questionário *google forms* para colegas que foram, sucessivamente repassando para colegas professores/as, através da técnica Bola de Neve, segundo a qual cada participante indica outro membro da equipe que considera apto a contribuir com os objetivos da pesquisa, assim, sucessivamente, cada sujeito indica o próximo a ser entrevistado, considerando os critérios apresentados pela pesquisadora (OCHOA 2015).

Critérios de seleção: ser professor/a que atue no ensino médio.

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semi-estruturada realizada nos meses de setembro a novembro de 2020 e aplicada virtualmente por meio de questionário semi-estruturado (adaptado da entrevista semi-estruturada), via *Google Forms*®. O Termo de Consentimento livre e Esclarecido também foi apresentado no início do formulário do *Google Forms*® deixando claro que ao responder ao mesmo estaria automaticamente aceitando participar do estudo, estando de acordo com o TCLE.

Análise dos dados

Para análise dos dados, realizada de fevereiro a março de 2021, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que visa obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011).

Foram utilizadas as três fases propostas por Bardin (2011): A pré-análise, que deu origem ao corpus do trabalho (entrevistas); descrição analítica onde o material foi explorado

e realizada a sua codificação e categorização e, por último, o tratamento dos resultados onde foi realizada a inferência e interpretação através da análise reflexiva e crítica.

Aspectos éticos

O estudo atendeu aos princípios éticos preconizados pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos via Plataforma Brasil – base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP, norteando a orientação ao respeito dos aspectos éticos da pesquisa que envolve seres humanos. Assim também, passou por aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina e foi aprovada sob o número 4.308.374.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciar a apresentação dos resultados e sua respectiva discussão julgamos importante apresentar alguns dados sociográficos dos/as docentes que compuseram a amostra.

Em relação a identidade de gênero a maioria (60,7%) se autodeclarou mulher cis⁴, seguida por homem cis (29,5%), sendo que uma minoria (8,2%) autodeclarou sua identidade como outra e 1,6% se autodeclarou como mulheres trans.

Este dado vai ao encontro dos dados do Perfil do professor na educação básica de Carvalho (2018) que aponta que na educação infantil e nos anos iniciais, a participação das mulheres está, em média em torno de 90%; nos anos finais e ensino médio, esse percentual cai para valores aproximados de 69% e 60% em 2017 (respectivamente). Já a participação dos homens progride de percentuais abaixo de 4% na educação infantil para percentuais em torno de 40% no ensino médio.

Em que pesem diferenças regionais, a perspectiva de gênero é aspecto importante que deve ser considerado na reflexão e na compreensão das características das relações que se constituem entre professoras/es e alunas/os no contexto escolar ou seja, as/os professoras/es do presente estudo eram em sua maioria mulheres cis, brancas (75,4%), seguidas por pessoas

⁴ Pessoas CIS são aquelas cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém que se identifica como mulher e foi designada como mulher ao nascer é uma mulher cisgênera. O termo cisgênero é o oposto da palavra transgênero.

que se autodeclararam pardas (19,7%), pretas e indígenas indo igualmente ao encontro dos dados encontrados por Carvalho (2018), que em seu estudo constatou que em todas as etapas de ensino, ao longo de todos os anos, existe um predomínio de professoras/es que se declaram brancas/os. O segundo grupo mais frequente é o dos que se declaram pardos; pretos, amarelos e indígenas têm uma presença bastante reduzida, com uma frequência menor que 5%, cada um, ao longo de todos os anos. Tal dado nos leva a concluir que o perfil étnico dos/as professores/as do presente estudo se aproxima da média nacional.

Perguntadas/os sobre orientação sexual 88% se declarou heterossexual dado este que nos leva a afirmar que os sujeitos do presente estudo são hegemonicamente mulheres cis, brancas, heterossexuais, ou sejam absolutamente enquadradas na norma da cisheteronormatividade⁵, aspecto este que abordaremos durante a discussão das categorias de análise.

Todos/as as/os entrevistadas/os possuíam nível superior, sendo as áreas de formação as mais diversas possíveis. 27,0% tinham menos de cinco anos de docência no ensino médio, sendo a maioria tinha de 5 a 20 anos de experiência neste nível do ensino básico. A religião predominante foi a católica.

Como último dado para caracterização dos sujeitos da presente pesquisa, 62,3% atuavam somente na rede pública de ensino; 19,7% somente na rede privada e os demais (18%) em ambas.

A seguir passaremos a discussão dos dados na busca de responder ao objetivo geral da pesquisa: Compreender os limites e possibilidades de professoras/es de ensino médio em abordar a temática da sexualidade no processo educativo no ambiente escolar com estudantes do ensino médio.

A descrição analítica das entrevistas realizadas deu origem a três categorias de análise sobre as quais, utilizando a terceira etapa da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) passaremos a fazer a inferência e interpretação, após tecermos algumas considerações sobre a sexualidade no ambiente escolar. São elas: Práticas pedagógicas em sexualidades; Desconhecimento ou não reconhecimento de outras sexualidades; Silenciamentos e resistência.

⁵ Cisheteronormatividade é um termo usado para descrever a ideia de que os seres humanos recaem em apenas duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea e que relações afetivo-sexuais são normais somente entre pessoas de sexo diferentes, sendo que cada sexo tem um papel natural na vida. Nesta perspectiva qualquer relação afetivo sexual diferente é considerada desviante da norma.

Sexualidades no ambiente escolar: algumas considerações

Falar de sexualidade no ambiente escolar é falar das percepções das/os professoras/es quanto as intersecções relacionadas à sexualidade e escola, das diferentes estratégias utilizadas para se trabalhar com a temática; do reconhecimento ou não da importância de se abordar este conhecimento e também dos processos de silenciamento e negação das sexualidades relacionadas a afeto, desejo, prazer para além da ideia de reprodução biológica em termos de educação sexual.

Segundo Borges e Meyer (2008), o fator resistência tem estado presente desde as primeiras iniciativas de se abordar a educação sexual nas escolas brasileiras:

Desse modo, é interessante destacar que, desde a década de 1920, a lei brasileira prevê a educação sexual na escola. Entretanto houve muita resistência para sua implementação, especialmente por setores vinculados à igreja católica. Ainda hoje essa resistência existe e não se restringe à instituição igreja, mas está diluída em boa parte da sociedade, que incorporou seus valores, inclusive os(as) professores(as) que têm dificuldade de tratar o tema da sexualidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que esta é entendida e tratada como um instinto natural é, também, altamente vigiada como algo ameaçador e perigoso que precisa ser contido e disciplinado (BORGES; MEYER, 2008, p. 61).

Quando perguntadas/os se já haviam realizado algum tipo de formação em relação as questões de sexualidade, dos 61 respondentes somente 07 disseram que não. Então, conclui-se que uma parcela significativa das/os professoras/es entrevistadas/os, em algum momento de sua trajetória profissional, teve aproximações com a temática. Isto, deve-se ao fato de a sexualidade ser um tema em evidência que tem ganhado repercussão nas mídias, nas conversas de bar, na academia entre outros contextos, passando também a ser de interesse dos profissionais de educação.

Outro dado, de extrema importância quando pensamos sobre sexualidades, é a predominância, no ambiente escolar, de docentes que se afirmam e se reconhecem na identidade cisheterossexual e branca como é o caso da maioria das/os entrevistadas/os, portanto, pertencentes a um contexto social que legitima sexualidades “ditas” normais e naturais. Este contexto propicia a visão de que a sexualidade tem “verdades absolutas” aquelas pautadas nas formulações das ciências naturais e biológicas, em grande parte com a finalidade de controle e disciplinamento dos corpos de homens e mulheres. Assim, educamos

os corpos, para produzirmos uma sexualidade supostamente normal. Como nos observa Louro:

A ação pedagógica mais explícita, aquela que encheria as páginas dos planejamentos e dos relatórios educacionais, volta-se, muito provavelmente, para a descrição, em detalhes das características que constituíam a qualificação “civilizada”, ou seja, para atributos lógicos e intelectuais que, supostamente, seja adquirido na escola, através de prática de ensino específicas. O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base de escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres “de verdades” (LOURO, 2015, p. 18).

Estas práticas de disciplinamento e controle no processo de escolarização, permeiam a nossa análise a partir das categorias obtidas no corpus desta investigação onde, utilizando a terceira etapa da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) passaremos a fazer a inferência e interpretação.

Práticas pedagógicas em sexualidades

A educação escolar formal, historicamente, produziu todo um saber em torno da sexualidade, propiciando a instituição de uma educação sexual por meio de programas educativos que referendam o disciplinamento e controle dos corpos, à medida em que sua prática se dá por múltiplos dispositivos constituídos através de suas normas, do uso do tempo, do espaço, das suas rotinas, arquitetura, livro didáticos entre outros artefatos culturais. Podemos encontrar este saber transcrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no que diz respeito aos temas considerados de caráter transversais.

Os PCNs são construídos transversalmente e compreendem várias áreas entre elas: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade) e Orientação Sexual (Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente transmissíveis). Os temas transversais caracterizam-se por um conjunto de assuntos que aparecem transversalizados em determinadas áreas do currículo, buscando responder à necessidade de um trabalho voltado para as temáticas sociais na escola.

Entretanto, segundo Macedo (1999, p. 43-44): “os PCNs nos põem de novo diante de um problema antigo na área do currículo: as disciplinas tradicionais não dão conta de um conjunto de questões postas pela realidade vivida pelos alunos”.

Importante destacar que a escola sempre esteve envolvida no processo de construção de gênero e de sexualidade. Neste sentido, as/os professoras/es são chamadas/os a pensar sobre temáticas como por exemplo, a orientação sexual.

Constatamos nas falas das/os entrevistadas/os, os mesmos argumentos apontados pelas/os autoras/es referendados. Quando perguntados se trabalhavam algum conteúdo relativo a gênero e sexualidade e o que abordavam, 25% respondeu que não e 75% que sim. Destes, - os que trabalham a temática da sexualidade, 64% o fazem dentro do modelo biológico trazendo o sexo e a sexualidade sempre relacionados com eventos como gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis, HIV, ou seja, associando sexo e sexualidade a problemas, como explicitado nas falas abaixo:

“Fisiologia e anatomia do aparelho reprodutor associado à biologia do desenvolvimento”;

“O aparelho genital. Explorando a morfologia e a fisiologia do aparelho genital”; Trabalho também o cariótipo humano e cromossomos sexuais, a diferenciação sexual”;

“O corpo humano”;

“No tema de reprodução e transmissão de DSTs”;

“Gosto de aprofundar na explicação do ciclo menstrual, também tentando dissolver tabus quanto a esse fenômeno fisiológico”;

“Sempre incluo estes temas no tópico sobre sistema reprodutor, reprodução humana, etc. Início o conteúdo sempre com aspectos anatômicos e fisiológicos. Aqui o hermafroditismo já é porta para discussão a respeito de identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Tento sempre fazer com que os estudantes tenham consciência de seu corpo, das funções de cada parte para reprodução que também tenham consciência de questões higiênicas e que se quebrem alguns tabus, especialmente quanto a saúde de seu corpo”.

Importante ressaltar ainda que segundo Garcia (2007) a educação sexual deve ser intencional e não pode focar apenas a prática sexual, nem tampouco a associação do sexo a ocorrências negativas, como gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis, ignorando-o como fonte de prazer. Citando Bozon (2004) o autor argumenta que deixar de falar em sexualidade como fonte de prazer, ligando-a somente a aspectos negativos se constitui em um esforço para retomar o controle moral sobre a geração mais jovem. Para evitar a ocorrência deste controle, a educação sexual é a ferramenta pela qual se pode discutir as questões relativas à sexualidade, buscando a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Como se pode perceber pelas falas, das/os professoras/es que trabalham a sexualidade o foco é em um viés estritamente biológico, ou seja, conhecimentos alicerçados no componente curricular das ciências naturais e biológicas legitimados e reconhecidos pelo currículo escolar como cientificamente válidos sendo, portanto, autorizados a serem abordados na escola. Há de se considerar, ainda, que estes conhecimentos estão alicerçados em pressupostos teóricos construídos para (re)afirmar e educar os corpos dentro da matriz da cisheterossexualidade. No entanto, estes conhecimentos dão conta de pensarmos a sexualidade apenas no singular, desconsiderando a pluralidade do viver humano, à medida em que estão desarticulados de outras experiências sexuais e de gênero, procurando naturalizar uma única sexualidade e patologizar sexualidades “desviantes” da norma biológicas., pois como bem afirmam Lionço e Diniz (2009):

Enquanto não se reconhece a diversidade sexual, no entanto, a heterossexualidade é reiteradamente afirmada na dinâmica das relações sociais, nas concepções de família e conjugalidade ou na explicação biológica e naturalizada da relação sexual como o encontro dos corpos com efeitos procriativos (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 11-12).

Porém há os que trabalham com outras possibilidades e buscam uma abordagem mais plural e diversificada, como estratégia de garantir o respeito às diferenças. No presente estudo representam 36% das pessoas entrevistadas. As falas expressam a transversalidade dos conteúdos trabalhados em sala de aula e a eventualidade das aulas, ou seja, não o fazem de forma sistemática. Em suas falas sugerem práticas (sempre eventuais) do tipo:

“Apenas com o tema sexualidade na maneira transversal dos conteúdos”.

“Nenhum conteúdo específico, mas procuro abordar temas relativos a algumas datas de conscientização, exemplo, dia da mulher, da diversidade sexual, etc.”;

“Quando fazemos projetos por área para trabalhar preconceitos e bullying”;

“Nos temas transversais, em atualidades”;

“Abordagem múltiplas. Temas transversais”;

“Quando possível, faço rodas de conversa com o propósito de evitar ações discriminatórias”.

Verifica-se que há diferentes práticas circulando em sala de aula, mas as que vão para além da matriz biológica, em sua maioria, expressam atitudes de iniciativa própria das/os

professora/es em forma de projetos, conversas informais com estudantes, datas comemorativas, em discussões que envolvem o apelo ao respeito às diferenças, “quando dá”. Nada que se constitua em uma prática pedagógica sistemática. Abramovay nos auxilia e entender esta realidade:

De uma forma difusa há entre os atores da escola, principalmente os professores, uma forte tendência a considerar que a escola é, de fato um lugar ideal para trabalhar sobre temas relacionados à sexualidade, mas não necessariamente tal vontade tem o respaldo de um planejamento pedagógico explícito e continuado, ficando, muitas vezes, no ambiente da intenção, de palestras e se limitando a uma cruzada pessoal, por conversas e referências no plano de opiniões contra posturas preconceituosas (ABRAMOVAY 2004, p. 103).

Diante do que se analisou, a grande maioria das/os participantes da pesquisa reproduzem práticas pedagógicas de transmissão e assimilação de conhecimentos cisheterocentros (como se todos partilhassem das mesmas experiências e vivências sexual), que estão estruturados dentro da cultura escolar. Tal postura referenda a afirmação de Preciado (2018) de que:

O sexo se tornou parte tão importante nos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida (PRECIADO, 2018, p. 76).

Nesta perspectiva nas falas muito pouco apareceu referente a trabalhos com outras sexualidades, como por exemplo, homossexualidade, bissexualidade e até mesmo questões que envolvem sujeitos assexuais. Quando presentes sempre se relacionavam a situações eventuais.

No entanto é importante destacar que quando perguntadas/os sobre as dúvidas mais comuns na temática da sexualidade que recebem de estudantes as respostas foram: sexo na adolescência, prática sexual, momento certo para primeira atividade sexual, sexo anal, coito interrompido, como se engravida, métodos anticoncepcionais, sintomas e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, higiene íntima, sexo entre mulheres, sexo entre homens, namoro, homossexualidade, transgeneridade, tratativa de colegas trans, orientação sexual, pornografia, homossexualidade e família, identidade sexual e de gênero, consentimento, direitos e preconceitos, assumir-se homossexual, homossexualidade e família, sexo e religião, sexo e moral, bullying homofóbico.

Como se pode perceber, apesar de professoras/es focarem suas abordagens na temática da sexualidade na matriz biológica, as dúvidas de estudantes do ensino médio vão para muito além desta última e, se não encontram respostas em casa nem tampouco na escola, possivelmente vão buscar entre seus pares, gerando uma lacuna em sua (in)formação. Ainda em suas respostas alguns professoras/es verbalizaram que eventualmente conseguem fazer uma abordagem fora da matriz biológica e aqueles que não conseguem responderam que buscam palestrantes ou encaminham a/o estudante para falar com a orientadora pedagógica da escola, psicóloga (quando há) ou até mesmo com a direção, o que, em nossa percepção, aponta para a ideia de patologização das sexualidades não cisheteronormativas, neste caso tratadas como um problema a ser pensado pela diretoria, psicologia e/ou coordenação pedagógica da escola.

Há de se destacar ainda que falas eventuais, quando surge oportunidade, não caracterizam educação sexual. Esta deve ser sistemática e vai para além de cuidados com a prática sexual, envolvendo vários aspectos do viver humano, pois o mais importante não é o foco na orientação sexual, uso de preservativos e anticoncepcionais, mas sim o resgate do indivíduo enquanto sujeito de suas ações, o que favorece o desenvolvimento da cidadania, do respeito, do compromisso, do autocuidado e do cuidado com o outro (SAITO; LEAL, 2000). Neste sentido, conforme afirmam Zucco e Garcia (2015):

As temáticas trabalhadas devem incluir: as questões de gênero e identidade sexual; a diversidade sexual humana; a equidade de gênero; o respeito pela diferença e combate aos preconceitos e discriminação; a questão da imagem e valores associados ao corpo; construção de uma postura crítica frente aos padrões de beleza idealizados; transformações corporais da puberdade; mecanismo de concepção, gravidez e parto; os aspectos anátomo-fisiológicos da sexualidade; os diferentes métodos contraceptivos e seus efeitos nos corpos de mulheres e homens; o planejamento familiar/maternidade e paternidade responsável; entre outros, desvinculando a sexualidade dos tabus e preconceitos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida. Com este olhar, o enfoque das ISTs, por exemplo, deve ser na promoção da saúde e das condutas preventivas, ou seja, na desvinculação da relação estabelecida entre sexualidade, doenças e morte. No caso do HIV, a mensagem não deve ser a doença em si, mas sim a de que a AIDS pode ser prevenida, assim como a discriminação social vivenciada pelas as pessoas que portam o vírus (ZUCCO; GARCIA, 2015, p. 62).

Perguntadas/os se sentem-se preparados/as para trabalhar com seus/uas alunos/as as dúvidas na temática da sexualidade 48% respondeu que não, sendo que dos que responderam que sim 24% se sentem preparados dentro da matriz biológica.

Este cenário nos leva a afirmar que existe uma lacuna não preenchida nas necessidades de (in)formação do adolescente no que diz respeito a sexualidade, gênero e diversidade sexual, o que contribui para torná-lo tanto agente de preconceitos, discriminação e violências, quanto vulnerável em relação tanto ao seu autoconhecimento como ao seu autocuidado por práticas sexuais desinformadas.

Desconhecimento ou não reconhecimento de outras sexualidades

De acordo com Weeks (2015) para além de ser uma preocupação individual, requer uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosa. Concordando com o autor, acrescentamos que não existe uma única forma de expressarmos nossos desejos, prazeres e sentimentos, uma vez o ser humano é plural e, conseqüentemente, também sua maneira de perceber, sentir e vivenciar a sexualidade, o que nos leva a afirmar que não há **uma** (grifo nosso) sexualidade, mas sim sexualidades. Tal visão nos possibilita enxergar diferentes corpos, identidades e subjetividades interseccionados por gênero, raça, classe e geração, ou seja, uma série de marcadores sociais, culturais, econômicos e políticos, os quais constroem nossas experiências e vivências de modo particular e singular. É com este cuidado que procuramos analisar os argumentos das/os entrevistadas/os.

O uso das categorias gênero e diversidade sexual vem se tornando recorrente na formulação das políticas públicas que, pautadas nos estudos culturais, trazem em seu bojo a concepção de sua construção social sendo assim, não há como buscar compreendê-los sem buscar compreender os fenômenos sociais no âmbito da cultura. Silva e Cruz (2017) ainda acrescentam:

Nas últimas duas décadas, no Brasil, as políticas públicas em educação vêm sendo afirmadas com o intuito de reduzir as desigualdades no percurso educacional entre todos os segmentos sociais. Nesse percurso formativo, o termo diversidade ganha destaque em muito documentos das políticas públicas em educação, constituindo-se um princípio educativo, e, como tal, amparado por legislação. Como se pode observar no conceito inaugurado pela Educação Básica na nova LDB/96, o referido termo, como um direito, desponta ancorado no princípio do bem comum e no respeito à diferença/diversidade (SILVA; CRUZ, 2017, p. 171).

Segundo Bento (2011) é na escola que se aprende que diferença faz a diferença. Concordamos com a autora, pois é nela que muitas vezes naturalizamos a discriminação, os preconceitos e violências de gênero, raça, classe e sexual. Neste contexto, sem políticas

educacionais inclusivas, estudantes que se sentem fora da norma sexual e de gênero acabam se sentindo excluídos e evadindo da escola.

Partindo da premissa de que a sexualidade humana é constituída social, histórica e culturalmente acreditamos e defendemos que ela necessita ser refletida na escola. Neste sentido, pensando na diversidade, na pluralidade e nas diferenças que constituem as sexualidades é inconcebível que pessoas envolvidas no processo educativo desconheçam ou não reconheçam que na escola outras sexualidades transitam, ensinam e aprendem com seus corpos, identidades e subjetividades. Nesta perspectiva Junqueira afirma:

[...] ao percorrer as escolas, notamos facilmente a intensa generificação dos seus espaços e de suas práticas e o quanto as fronteiras de gênero são obsessiva e binariamente demarcadas. Atividades, objetos, saberes, atitudes, espaços, jogos, cores, que poderiam ser indistintamente atribuídos a meninos e a meninas, tornam-se arbitrária e binariamente, masculinos ou femininos. São generificados e transformados em elementos de distinção, classificação e hierarquização. A distribuição tende a ser binária e biunívoca e os critérios podem ser improvisados e imediatamente assumidos como naturais (JUNQUEIRA, 2013, p. 488).

Apesar desta realidade é importante destacar que, para uma parcela de professoras/es entrevistadas/os, em relação às sexualidades, verificou-se que o reconhecimento de outras sexualidades surge em algumas falas:

“De forma a garantir direitos e respeito às diferenças, à diversidade”;

“Abordando o respeito às diversidades”;

“Quando possível, faço todas de conversar com o propósito de evitar ações discriminatórias”;

“Abordo questões de gênero e LGBTQI+”.

A promulgação dos direitos reprodutivos e sexuais, individuais e coletivos passou a envolver outras identidades sexuais e de gênero. A mídia começou a divulgar, em nível nacional, violências e discriminações para com para com orientações sexuais diferentes da heterossexual e a diversidade sexual passou a ser um tema em pauta. Neste cenário educadoras/es passaram a compreender que não teriam como ficar indiferentes à estas questões e sentiram necessidade de procurar mais conhecimentos em torno de temáticas que envolvessem sexo, gênero e sexualidade.

Em Santa Catarina essa formação foi possível graças a parceria do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IEG/UFSC) com a Secretaria

de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e Universidade Aberta do Brasil (UAB) que possibilitou, durante os governos Lula e Dilma, a realização de dois cursos de aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola a distância (EaD), onde foram formados na temática mais de 600 professoras/es do ensino básico, em dez polos UAB do estado na temática e de um curso de Especialização (EaD) em Gênero e diversidade na Escola, com dois anos de duração, realizado em cinco polos do estado e que formou 148 especialistas (GROSSI; GARCIA; ZANDONÁ, 2017).

Tal fato colaborou para que as temáticas de gênero e diversidade sexual, passassem a circular mais no contexto escolar do estado dando início a um processo de reflexão e discussão por todos os envolvidos no processo educativo. Mas, se de alguma forma há reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, perguntamos: De que forma este reconhecimento se transforma em ação na prática pedagógica de educadoras/res do ensino médio?

“Venho trabalhando questões como sexo na adolescência, gravidez indesejada, métodos contraceptivos, LGBTQI+. Mas sempre é bom trazer pessoas que façam este debate de forma mais qualificada, que dialogue com a realidade e as diversas faixas etárias dos estudantes.”

“Transgênero. Faço pesquisas e tento ajudar ou encaminhando para a coordenação pedagógica”.

“Procurando dar suporte emocional para o adolescente enfrentar a sua sexualidade, principalmente em sala de aula. Se necessário envio ao atendimento psicológico”.

“Relativamente sim, procuro assumir uma postura que traga segurança e responsabilidade para os jovens. Nesse sentido sou intolerante à comentários machistas, homofóbicos o que possam vir a constranger alguém. Contudo, sinto falta de estudos mais relacionados às questões sociais que cruzem esses temas”.

“Trabalho normalmente com diálogo e entendimento”

“Procuro pesquisar e tento ajudar”

“Trago textos e sempre busco responder as perguntas”

“Procuro conversar e principalmente ouvir. Também proponho trabalhos em grupo em que são desenvolvidos projetos que contemplem esta questão”

“Trabalho com oficinas, seminários, dinâmicas de grupo. Tenho colegas professores que são homossexuais e parceiros nas oficinas”

“Uso Metodologia diversificada, utilizando muitos vídeos (diversificados), grupos de discussão, dinâmicas.”

Tanto as perguntas feitas por estudantes, quanto as falas de educadoras/es desvelam que outras sexualidades, além da heterossexual permeiam o ambiente escolar e o mundo dos adolescentes. As estratégias utilizadas por professoras/res para trabalharem a temática são variadas e vão desde a negação e fixação na matriz biológica, até ao reconhecimento da diversidade sexual.

Destacamos aqui a afirmação de Hooks (2020) de que:

Em todas as instituições de ensino hoje há professores que responderam de modo construtivo à crítica aos preconceitos, mudaram o currículo e optaram por ensinar de maneira a honrar a diversidade de nosso mundo e dos estudantes. São corajosos esses professores que reconhecem que as salas de aula devem ser lugares onde a integridade é valorizada para que a educação como prática da liberdade se torne a norma, porque o mundo ao seu redor desvaloriza a integridade. Escolher manter padrões elevados para o engajamento e desempenho pedagógico é uma forma de assegurar que a integridade prevalecerá (HOOKS, 2020, p. 88).

O que a pensadora afirma, observamos nas falas de algumas professoras/es entrevistadas/os, ao revelarem suas preocupações com a diversidade sexual e de gênero. Cada uma/um de sua forma, sem muita formação continuada, tentando dar conta da pluralidade de sexualidades que emergem no contexto escolar.

Não há dúvida de que as/os professoras/es tem consciência da existência de outras sexualidades, para além da cisheterossexual, tanto na sociedade como no universo escolar. A estratégia utilizada é que varia: enquanto uns buscam omitir e ficarem presos unicamente a matriz biológica, outros buscam trabalhar estas questões. Neste cenário nos resta o desafio de buscar garantir a inserção dos conteúdos relativos à gênero e diversidade sexual nos planos nacional, estadual e municipal de Educação e também Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e garantir também que se tornem conteúdo de formação inicial e continuada de professoras/res, buscando a garantia de uma sistematização destes conhecimentos no currículo e na prática pedagógica no ensino básico, em especial no nível médio.

Silenciamentos e Resistências

Segundo Lopes, Oliveira e Oliveira (2018) por mais que os movimentos conservadores e neoliberais tentem “negar, estigmatizando palavras, signos e seus portadores como “ideológicos”, “doentios”, “demoníacos” ou “perversores”, gênero e sexualidade estão presentes na escola com suas múltiplas, complexas e dinâmicas relações com as identidades, performances, práticas, fantasias, desejos, parcerias, conflitos, tabus, subversões e invenções sexuais:

Não somente os gêneros e sexualidades entram pelas portas das escolas levados – aberta ou clandestinamente – por estudantes, familiares, docentes, gestoras e demais pessoas que habitam o cotidiano escolar e as práticas curriculares. [...] não somente os gêneros e sexualidades estão na escola, mas, o cenário escolar é e tem sido, ao longo da modernidade, um dos espaços privilegiados de construção, reprodução, controle e, conseqüentemente, também de tensionamento e deslocamento dos modelos dominantes de gênero e sexualidade (LOPES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 1).

No entanto, apesar de sua inegável presença na sociedade e, portanto, também no universo escolar, a onda conservadora que vem crescendo no Brasil no atual governo, vem procurando coibir ou mesmo proibir sua discussão nos espaços escolares na tentativa de garantir que discursos religiosos e morais tradicionais continuem a ser os discursos dominantes e os únicos referenciais para a estruturação dessa dimensão da subjetividade nesses espaços. Neste cenário observa-se que vem sendo construído um tabu em torno da noção de “gênero” em uma tentativa de garantir e reafirmar discursos binaristas e heteronormativos, buscando negar a presença, invisibilizar os dilemas e silenciar as vozes e gestos de estudantes, educadoras/es, nos espaços escolares e no campo da educação.

No contexto do presente estudo, o processo verificado nos silenciamentos das/os professoras/es não se constitui em omissão. Em suas respostas elas/es demonstraram ter a exata noção de diversidade e pluralidade que existe no universo da escola, mas, em contrapartida, apontam uma trajetória de formação deficitária para respaldar suas ações em sala de aula nesta temática, alegando também que é uma temática provocativa à medida que se afasta do modelo que tiveram em seu processo de educação/escolarização. Destaque-se que quando perguntadas se gostariam de ter formação específica para trabalhar a temática de sexualidade 92% afirmou que sim.

Quando perguntadas/os se já presenciaram atitudes de preconceito e discriminação no espaço escolar 95% respondeu que sim.

“Piadas de mau gosto e insinuações de colegas”

“Exclusão e isolamento, muitos nem querem chegar perto”

“Meninos gays não andam com meninos heteros, meninas lésbicas não são levadas a sério, trans não são aceitos”

“Sempre presenciei. O preconceito em escolas particulares é com qualquer um que não seja branco, hetero e rico.”

“Sempre são vítimas de bullying”

“Eu, enquanto trava não me assumi tão cedo por todo o preconceito vivido na infância, além da quantia enorme de meninas e meninos trans que param de estudar por conta do preconceito, não terminam o ensino fundamental, muitas parando na prostituição. Desde que entrei nas escolas como professora esses processos começaram a mudar por ter uma figura acima da hierarquia que fazia parte da comunidade LGBTQIA+. Hoje em dia o preconceito ainda acontece, jovens sofrem opressão dentro das escolas.”

Como se pode perceber preconceitos e discriminações de gênero, raça, classe, sexual, enfim, são práticas concretas de violências (estruturadas pelo machismo, sexismo, racismo e LGBTfobia) presentes no universo escolar, ou seja, apesar da escola ser um espaço plural, quem foge ao “padrão” está visivelmente exposto a olhares que apontam, classificam, discriminam e denunciam as diferenças.

Em um estudo no qual pesquisou a homofobia no ambiente escolar no ensino fundamental de escolas públicas em Curitiba-PR, Reis (2012) contou:

Uma das atitudes que apareceu na análise das transcrições não foi da escola propriamente dita, mas sim de determinados(as) professores(as) no sentido de colocar uma percebida obrigação de reagir diante de situações discriminatórias acima de convicções pessoais possivelmente contrárias à diversidade sexual (REIS, 2012, p. 156).

Resultado semelhante foi encontrado em nossa pesquisa. Quando perguntadas/os sobre a atitude que tomavam frente as ações discriminatórias as respostas apontaram que a escola não podia compactuar com elas e, portanto, se viam na obrigação de tomar alguma atitude.

“Abordei o assunto, alegando que ninguém é superior”

“Minha atitude foi separar a briga e orientar que não pode haver discriminação, violência em relação à homossexualidade de um deles.”

“A atitude da escola é falar com os pais, promover palestras e indicar que preconceito não é aceitável e nem agressão”

“Já teve caso de chamar a polícia junto com a família.”

“Procuro conversar com a turma e dar voz para quem sofreu agressão e a partir disso trabalho estes assuntos.”

“Contornei a situação e em um dia em que o aluno não estava, conversei com a turma sobre preconceito, direcionado para o caso.”

“Dou muito apoio aos alunos para emponderá-los frente a estas situações.”

“Geralmente trato o aluno com proximidade e isso acaba inibindo os agressores”

“Não tem como não agir. A intervenção, a explicação e orientação são fundamentais.”

“A minha atitude foi proteger o aluno, tirá-lo do meio de seus agressores e falar sobre respeito ao próximo.”

“A minha ação foi intermediar o momento e valorizar a pessoa diante dos outros colegas.”

Estas respostas evidenciam que existem sim professoras/es comprometidas/os em promulgar a diversidade e o respeito às diferenças em sala de aula, atuando no sentido de não permitir a perpetuação de atos de discriminação e preconceito, cumprindo com um dos papéis da escola. Em nossa percepção esta é uma postura positiva, principalmente se considerarmos que situações reais propiciam ótimas oportunidades de ensino/aprendizagem, no caso aqui com foco no respeito para com os que pensam, agem e se comportam diferentemente do que acreditamos ser a normal, pois como afirmam Ribeiro e Quadrado (2012, p. 401): “a escola tem um papel importante na discussão dessas temáticas e todos os projetos que promovem discussões entre seus/suas profissionais que contribuem, e muito, para a inclusão social e para a superação da desigualdade social”.

Neste contexto, podemos afirmar que apesar de todas as tentativas de silenciamento, das ameaças, do medo em discutir estas questões abertamente na escola devido as perseguições e denúncias promovidas pelo segmento conservador e fundamentalista no cenário político brasileiro, que ataca a escola, educador, a ciência dizimando o ódio e a intolerância frente aqueles que defendem os direitos de todas as formas de amor e de sexualidades, professoras e professores resistem.

A fala abaixo de uma das professoras entrevistadas neste estudo exemplifica este cenário:

“Já fui perseguida pelo Escola sem Partido e por alguns pais da comunidade escolar que dizem que estas questões dizem respeito à família e

não à escola, mas não deixo de fazer meu trabalho pela inclusão e respeito à diversidade.”

Destacamos que nas falas de professoras/es apareceram também barreiras/empecilhos para desenvolver um trabalho nesta temática na escola. Entre as principais apontaram: a reação dos pais; dogmas religiosos trazidos da família, a moral social reinante no país que demoniza a ideologia de gênero; a negação de algumas direções de escola que preferem não tratar temas polêmicos que podem vir a trazer incômodos; a crença de algumas famílias de que educação sexual deve ser realizada na família e não na escola; o despreparo de alguns diretores e colegas professores para temática e a consequente negação; o currículo que não abre espaço formal para estas temáticas; a falta de ações específicas voltadas para a temática no PPP da escola; o preconceito, a falta de respeito e atenção para temática por colegas professoras/es; a falta de apoio institucional. Saliente-se que a maioria verbalizou que nas escolas da rede pública estas barreiras estão menos presentes, ao passo em que na rede privada é onde encontram maior resistência, principalmente pelo fato de a direção não querer polemizar com os pais.

“O preconceito, a falta de respeito e atenção pela temática pelos demais docentes”

“O momento atual acentua os cuidados que temos que tomar na abordagem desse assunto, buscando não ocasionar problemas com as famílias”

“As barreiras não são explícitas, mas existem. Uma delas é a moral da sociedade que impede que as pessoas sejam esclarecidas em relação a esse assunto”

“O preconceito e a formação religiosa que os alunos trazem de sua família”

“O currículo”

“Percebo um mal-estar geral da comunidade escolar com o tema, principalmente pela grande diversidade religiosa, econômica e sexual dos alunos, onde um conselho pode ser muito mal interpretado provocando situações indesejadas no sistema de ensino.”

Quando perguntadas/os ainda se encontram parceria ou resistência dos pais para trabalhar a temática, as opiniões se dividem quase que equitativamente entre parceria e resistência, destacando-se que 30% das/os respondentes afirmam que a escola não busca a parceria com os pais.

“Criou-se a ideia de que a sexualidade não pode ser trabalhada na escola, por isso há resistência. Muitos professores são extremamente preconceituosos com algumas questões de sexualidade também, o que dificulta uma parceria. Com relação à direção, apesar de sempre ter recebido apoio sinto que há um receio do incômodo que o trabalho pode causar pois a direção não quer problemas com os pais”.

Importante esclarecer de que nosso proposito não é culpabilizar professoras/es ou mesmo as escolas. Muito pelo contrário, nossa pesquisa tem a intenção de contribuir para que possamos refletir sobre o que pensamos e dizemos sobre a sexualidade. E nada melhor do que realizar este movimento de reflexão sobre a prática pedagógica. Um convite para que educadoras/es se sintam comprometidas/os com a superação dos preconceitos e discriminações em tornos de outras sexualidades. Diante do exposto, compartilhamos do pensamento de Louro:

Não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicitar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições suas imposições e proibições fazem sentido, têm “efeitos de verdade”, constituem parte significativa das histórias pessoais (LOURO, 2015, p 21).

Não diferentemente, professoras/es estão também contextualizadas/os por estes “efeitos de verdade” sobre a sexualidade. São sujeitos que trazem em suas trajetórias de vida e escolarização as marcas deste disciplinamento e controle dos corpos.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou compreender os limites e possibilidades que professoras/es encontram em abordar a temática sexualidade, no processo educativo no ambiente escolar com estudantes do ensino médio.

As/os professoras/es participantes confirmaram, em sua maioria, que em algum momento de sua vida profissional, houve demanda por parte das/os alunas/os de ensino médio a respeito da temática sexualidade. No entanto, afirmam que a temática é tratada como tema transversal e nem sempre estão preparadas/os para as devidas respostas e/ou formas de abordagem do tema por terem tido, sua formação centrada no modelo biológico e cisheteronormativo.

Os resultados demonstram claramente que a temática da sexualidade está presente na vivência de estudantes e educadoras/es, no ambiente escolar. Em contrapartida ficou evidente que ainda existem barreiras para se tratar do assunto com mais profundidade e abrangência, seja por medo de criar polêmica com as famílias, seja por dogmas religiosos, pela falta de apoio da direção da escola e também pela falta de preparo de professoras e professores para irem para além das questões cisheteronormativas, da visão binária e pela incapacidade de acolher a pluralidade de vivência da sexualidade.

O estudo mostrou também que há práticas que tentam silenciar as questões de gênero e sexualidade na escola. Mas, por outro lado, há também práticas de resistência que promovem diálogos, debates, bate-papos, intervenção quando surgem casos de discriminações e preconceitos. Podermos considerar que não há omissão das/os professoras/es porque as/os mesmas/os têm consciência de que é necessário falarmos. Este movimento, levou educadoras/es a se posicionar, inclusive procurando formação na área de gênero e sexualidade, como por exemplo, os cursos de formação em gênero e sexualidade promovidos pelo IEG/UFSC.

Por mais que se tente silenciar, apagar, invisibilizar, é evidente que a escola educa em gênero e sexualidade, porém dentro de uma norma que institui a matriz da cisheteronormativa natural e legítima. A escola, os conhecimentos e as/os professoras/es nunca foram e não serão neutros, porque ambos, professora/es e alunas/os ao adentrarem seus portões não deixam seu gênero, sexualidade, raça e classe do lado de fora. Levam consigo também suas trajetórias de vida e de escolarização, marcadas e demarcadas por processos pedagógicos de controle e disciplinamento que, a despeito da falta de formação na área, vão ter influência direta em como ensinam e como praticam suas pedagogias.

No entanto apesar deste contexto a presente pesquisa demonstrou que professoras e professores resistem. Resistem negando-se a silenciar frente a processos sexistas, machistas, misóginos, racistas e LGBTfóbicos na escola. Resistem abrindo o espaço para o diálogo, para a inclusão, para o respeito à diversidade. Resistem dizendo não a tentativa de instituição do pânico moral e social para com as políticas inclusivas de gênero sob a falsa alegação de que a ideologia de gênero veio para corromper a ordem natural humana, ao ensinar meninas e meninos a tornarem-se homossexuais. Resistem lutando para romper com um silêncio que se perpetua e se consolida por várias instâncias de poder, seja na formação inicial, passando pela ausência no currículo e nas ações na escola, muito embora as relações de gênero e sexualidade estejam gritando “presente” cotidianamente nesses espaços, sobretudo nas interações entre os/

as estudantes. Resistem ao desejarem formação para trabalhar com a temática da sexualidade, porque ao não terem respostas para os questionamentos das/os estudantes identificam os silêncios em sua formação.

Diante deste cenário acreditamos e propomos que os alunos de ensino médio tenham na escola um espaço de acolhimento de dúvidas em relação à temática sexualidade, onde, além de obter respostas para seus questionamentos, também aprendam a desmistificar crenças e tabus que são o sustentáculo para o preconceito e discriminação que tanta violência emocional geram.

Em nossa percepção isso só é possível com investimento na formação de educadoras/es do ensino básico capacitando-as/os para assumir a educação sexual como um dos papéis da escola. Uma escola que não assume a educação sexual não é uma escola que educa. Educar é também ensinar o respeito à pluralidade do viver humano e isso só é possível ancorando-se em princípios humanísticos na busca do reconhecimento da diversidade, o que traz como consequência a superação das diferenças marginalizantes e opressoras que tanto excluem.

Nenhum é menos! Nenhum a menos! Que este seja um dos lemas que norteiem aquelas e aqueles que acreditam que a saída para uma sociedade mais justa, humana e igualitária é a educação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude e sexualidade**. Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena. Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200016>.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 58, p. 59-76, mar. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362008000100005>.

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros. **Perfil do professor da Educação Básica**. Série Documental, relatos de pesquisa. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.2>.
 Acesso em: 18 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GARCIA, Olga Regina Zigelli. **Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero**. 2007. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90781/271860.pdf?sequence=1>.
 Acesso em: 03 mar. 2021.

GROSSI, Miriam Pilar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; ZANDONÁ, Jair. **Transformando a Educação em Santa Catarina: trabalhos de conclusão do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola**. Tubarão: Copiart, 2017.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. Disponível em:
http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico, sabedoria e prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da escola**, Brasília, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013. Disponível em
<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320/490> Acesso em: 18 mar. 2021.

LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de Oliveira. **Os gêneros estão na escola**. Pernambuco: Editora da UFPE, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? *In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.) Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres, 2009. p. 9-13.

MACEDO, Elizabeth Fernandes. Paramentos Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. *In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.) Currículo: política e práticas*. Campinas, SP: Papirus, 1999. Disponível em:
https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/178649/mod_resource/content/1/17.%20Par%C3%A2metros%20Curriculares%20Nacionais%20-%20A%20fal%C3%A1cia%20de%20seus%20temas%20transversais.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

OCHOA, Carlos. Amostragem não probabilística: amostra por bola de neve. **NETQUEST**, 2015. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-bola-de-neve>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Ministério da Saúde. **Saúde e sexualidade de adolescentes**. Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/34279>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

REIS, Antonio Luiz Martins. **O Silêncio está Gritando: A Homofobia no Ambiente Escolar, Um Estudo Qualitativo No Ensino Fundamental De Escolas Públicas Em Curitiba, Paraná**. 2012. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidad de la Empresa, Montevideo, 2012. Disponível em: <https://www.ibdsex.org.br/wp-content/uploads/2020/06/reis-toni-o-silencio-esta-gritando-a-homofobia-no-ambiente-escolar-um-estudo-qualitativo-no-ensino-fundamental-de-escolas-publicas-em-curitiba-parana.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

RIBEIRO, Paula Regina da Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. **Gênero e diversidades na escola: notas para reflexão da prática docente**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2012.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação Sexual na Escola. **Pediatria**. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SANTROCK, John W. **Adolescência**. 14. ed. Porto Alegre: Amgh Editora Ltda., 2014.

SILVA, Gabriela Jesualdo; CRUZ, Tânia Mara. Escola e Heteronormatividade: para além do binarismo sexo/gênero. *In*: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar; GRAUPE, Mareli Eliane (Org.) **Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina**. Tubarão: Copiart, 2017.

SOUSA, Leilane Barbosa de; FERNANDES, Janaína Francisca Pinto; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 19, n. 4, p. 408-413, dez. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002006000400007>.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual health**. Switzerland: WHO, 2007. Disponível em: <https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ZUCCO, Luciana; GARCIA, Olga Regina Zigelli. Gravidez na adolescência: alguns aspectos sócio-antropológicos. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas. **Especialização EaD em gênero e diversidade na escola**. Livro V, Módulo V e VI. Tubarão: Copiart, 2015.

6 CONCLUSÃO

Acredito que os objetivos deste estudo foram alcançados, pois foi possível observar através das respostas à entrevista semi-estruturada como as/os educadoras/es agem frente a situações onde aparece a temática sexualidade, deixando explícito o que as/os impede e as/os que os impulsiona. Das respostas das/os participantes pode-se concluir que apesar da temática ainda ser um tabu, ela está presente no cotidiano da escola e sua abordagem se torna necessária e essencial, tanto na formação dos professores quanto para à informação e o aprendizado das/os alunas/os.

Para este estudo tentei trazer referências atuais, porém, trouxe também algumas referências mais antigas sempre que julgava pertinente. A revisão de literatura mostrou que apesar de haver produção na enfermagem sobre a temática da sexualidade da/o adolescente, a relação da mesma com o processo de escolarização é um assunto ainda pouco abordado o que, em meu entendimento, aponta para a necessidade de produção de novos conhecimentos sobre educação sexual no ambiente escolar.

Acredito que por conta da disseminação de (des)informação em relação à educação sexual e políticas inclusivas de gênero, a pauta de discussão sobre educação sexual na escola ainda é muito rejeitada sob alegação de que falar de sexo “incentiva” a/o jovem à iniciação sexual precoce e também, nos últimos tempos, à homossexualidade.

Todas estas questões estão em pauta no cenário político atual do Brasil e, fazendo coro com os movimentos sociais e da própria educação, espero que se consiga continuar na resistência, buscando reverter esta situação.

O desenvolvimento do estudo foi um desafio e um processo de grande aprendizado.

O grande desafio foi a chegada da Pandemia de COVID-19 que deixou escolas e professoras/es em *home office* o que me levou a redirecionar alguns objetivos e a técnica prevista para coleta de dados. Porém saliento que o contexto que, em um primeiro momento, me pareceu desafiador, também me proporcionou um grande aprendizado.

Outro desafio foi estar enquanto estudante de enfermagem trabalhando em campo de prática assistencial e, portanto, também exposta ao COVID, o que me trouxe sentimentos de angústia, medo e insegurança que por várias vezes interferiram em minha capacidade de concentração para escrita.

Apesar deste cenário, a realização desta pesquisa me proporcionou grandes aprendizados e me leva a afirmar que é necessário desconstruirmos mitos, preconceitos e tabus em relação à iniciação da vida sexual na adolescência e isso só é possível com uma educação sexual dialógica, que penetre no universo da/o adolescente. Toda a bagagem adquirida durante a pesquisa me levou ao crescimento pessoal e profissional. Com certeza, concluo esta etapa de minha formação como enfermeira e, principalmente, como um ser humano melhor, pela oportunidade de conhecer e trabalhar com pessoas fortes e ideias incríveis.

Concluo este estudo, com a certeza de que a/o profissional de saúde (em especial o de enfermagem) e professoras/es, têm papel determinante no processo de saúde e doença desta faixa etária que às vezes passa despercebida aos olhos do cuidado, podendo contribuir juntos e de maneira direta para prestar uma assistência de qualidade que vá ao encontro das necessidades de saúde da adolescência.

Ao finalizar gostaria de pontuar que toda escolha carrega em si um pouco de subjetividade. Com este entendimento, estas foram as minhas escolhas para analisar os dados encontrados. Deixo aqui o convite para que outras/os autoras/es, utilizando outras referências, componham um novo olhar sobre a temática aqui estudada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude e sexualidade**. Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena. Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO, 2004.

AMARAL, Rogério do. As contribuições da pesquisa científica na formação acadêmica. **Identidade Científica**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p.64-74, jun. 2010. Disponível em: http://tvfacopp.unoeste.br/tvfacopp/online/revista_facoop/pdfs-ano1-n1/Artigos/Artigo_Rogério.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

ARAGÃO, Laura da Conceição Rodrigues Ramos. **Adolescência e sexualidade: conhecimentos, atitudes, comportamentos e traços de personalidade de estudantes do ensino secundário do distrito de bragança**. 2017. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/14682/1/Laura%20da%20Concei%c3%a7%c3%a3o%20Rodrigues%20Ramos%20Arag%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200016>.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 58, p. 59-76, mar. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362008000100005>.

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRÁS, Maria de Fátima Moraes. **Sexualidade na adolescência: análise da perspectiva do adolescente face à sexualidade**. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2012. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/8008/1/Fatima_Bras_MGO_1%c2%baano_Gest%c3%a3o%20das%20Unidades%20de%20Saude.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 mar. 2021.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200016>.

BRÊTAS, José Roberto da Silva *et al.* A percepção de adolescentes sobre sexualidade. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v.11, n. 4, p.:446-452, out./dez., 2007. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/remeg.org.br/pdf/v11n4a16.pdf>

CARVALHO, Maria Regina Viveiros. **Perfil do professor da Educação Básica**. Série Documental, relatos de pesquisa. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.2>. Acesso em: 18 mar. 2021.

DANTAS, Gabriela Cabral da Silva. **Educação Sexual**. 2016. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/educacao-sexual.htm>. Acesso em: 03 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FREITAS, Kelly Ribeiro de; DIAS, Silvana Maria Zarth. Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 19, n. 2, p. 351-357, jun. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-07072010000200017>.

GARCIA, Olga Regina Zigelli. **Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero**. 2007. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências

Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90781/271860.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 mar. 2021.

GARCIA, Alessandra Bassalobre *et al.* Prazer no trabalho de técnicos de enfermagem do pronto-socorro de um hospital universitário público. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 33, n. 2, p. 153-159, jun. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/s1983-14472012000200022>.

GRAUPE, Mareli Eliane; SOUZA, Lúcia Aúlete Burigo. Gênero e Educação. *In*: GROSSI, Miriam; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas (org.). Livro II, Módulo II. **Gênero, diversidade sexual e religião**; As diferenças de gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero. Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC, 2015.

GROSSI, Miriam Pilar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; ZANDONÁ, Jair. **Transformando a Educação em Santa Catarina**: trabalhos de conclusão do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Tubarão: Copiart, 2017.

GUBERT, Fabiane do Amaral *et al.* Tecnologias educativas no contexto escolar: estratégia de educação em saúde em escola pública de Fortaleza-CE. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 11, n. 1, p. 165-172, 2009. Disponível em:
<http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/v11n1a21.htm>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. Disponível em:
http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico, sabedoria e prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

JACOVAS, Josânia Aparecida. **Construindo com Adolescentes da Era da Informação Linguagens Alternativas para Discutir Gênero e Diversidade na Escola e nas Redes Sociais**. 2016. 48 f. TCC - Curso de Curso de Especialização Ead Gênero e Diversidade na Escola, Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em:
<https://afrodite.paginas.ufsc.br/files/2020/08/2016-Construindo-com-Adolescentes-da-Era-da-Inforna%C3%A7%C3%A3o-Linguagens-Alternativas-para-discutir-G%C3%AAnero-e-Diversidade-na-Escola-e-nas-Redes-Sociais.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da escola**, Brasília, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013. Disponível em
<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320/490> Acesso em: 18 mar. 2021.

LIMA, Noeli Jung Friedrich de; SANTOS, Juliano Ciebre dos. A importância da educação sexual na adolescência. **Nativa – Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso**, Mato Grosso, v. 2, n. 1. 2013. Disponível em:

<https://www.revistanativa.com.br/index.php/nativa/article/view/225>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? *In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.) Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres, 2009. p. 9-13.

LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de Oliveira. **Os gêneros estão na escola**. Pernambuco: Editora da UFPE, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46.pdf>

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 9-34.

MACEDO, Elizabeth Fernandes. Paramentos Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. *In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.) Currículo: política e práticas*. Campinas, SP: Papirus, 1999. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/178649/mod_resource/content/1/17.%20Par%20C3%A2metros%20Curriculares%20Nacionais%20-%20A%20fal%C3%A1cia%20de%20seus%20temas%20transversais.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

MACEDO, Senei da Rocha Henrique *et al.* Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 1, p. 103-109, fev. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672013000100016>.

OCHOA, Carlos. Amostragem não probabilística: amostra por bola de neve. **NETQUEST**, 2015. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-bola-de-neve>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Ministério da Saúde. **Saúde e sexualidade de adolescentes**. Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/34279>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

REIS, Antonio Luiz Martins. **O Silêncio está Gritando: A Homofobia no Ambiente Escolar, Um Estudo Qualitativo No Ensino Fundamental De Escolas Públicas Em Curitiba, Paraná**. 2012. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidad de la Empresa, Montevideo, 2012. Disponível em: <https://www.ibdsex.org.br/wp-content/uploads/2020/06/reis-toni-o-silencio-esta-gritando-a-homofobia-no-ambiente-escolar-um-estudo-qualitativo-no-ensino-fundamental-de-escolas-publicas-em-curitiba-parana.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

RIBEIRO, Paula Regina da Costa; QUADRO, Raquel Pereira. **Gênero e diversidades na escola**: notas para reflexão da prática docente. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2012.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação Sexual na Escola. **Pediatria**. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SANTROCK, John W. **Adolescência**. 14. ed. Porto Alegre: Amgh Editora Ltda., 2014.

SILVA, Gabriela Jesualdo; CRUZ, Tânia Mara. Escola e Heteronormatividade: para além do binarismo sexo/gênero. *In*: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar; GRAUPE, Mareli Eliane (Org.) **Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina**. Tubarão: Copiart, 2017.

SIMON, Laís. **Educação sexual**: conhecimento e condutas de famílias de estudantes/adolescentes do ensino médio de uma escola estadual de zona rural. 2016. 39 f. TCC - Curso de Especialização em Gênero e Diversidade, Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Concórdia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/173086/TCC%20Lais%20Simon%20-%20final%20pronto.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em 20 jan. 2021.

SOUSA, Leilane Barbosa de; FERNANDES, Janaína Francisca Pinto; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 19, n. 4, p. 408-413, dez. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002006000400007>.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual health**. Switzerland: WHO, 2007. Disponível em: <https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ZUCCO, Luciana; GARCIA, Olga Regina Zigelli. Gravidez na adolescência: alguns aspectos sócio-antropológicos. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas. **Especialização EaD em gênero e diversidade na escola**. Livro V, Módulo V e VI. Tubarão: Copiart, 2015.

APÊNDICE A - Instrumento para entrevista semi-estruturada com professores

Pseudônimo: _____ Idade: _____

Raça: _____ Escolaridade: _____

Formação: _____ Religião: _____

Você se identifica como:

() homem cis () mulher cis () transexual () travesti () outro

Tempo na docência: _____

Tempo na docência no ensino médio: _____

Disciplina(s) que leciona: _____

() Atua só no ensino público () Atua só no ensino privado () atua no ensino público e privado

1. Você possui alguma formação em gênero e sexualidade?

() Sim () Não. Se sim, qual?

2. Você trabalha algum conteúdo relativo a gênero e sexualidade?

() Sim () Não. Se sim, qual e como?

3. Você recebe dúvidas de alunos na temática da sexualidade?

() Sim () Não. Se sim, quais as mais comuns?

4. Você se sente preparada/o para trabalhar com seus alunos duvidadas sobre sexualidade?

Pode justificar sua resposta?

() Sim () Não. Justifique sua resposta.

5. Você encontra alguma barreira (pessoal ou da escola) para trabalhar as dúvidas de sexualidade?

() Sim () Não. Se sim, qual?

6. Em sua opinião o que facilita e o que dificulta a comunicação quanto o tema é sexualidade?

7. Você encontra parceria ou resistência dos pais/responsáveis para trabalhar a temática da sexualidade na escola?

8. Você acha que a direção da escola apoia o trabalho na temática da sexualidade? Se sim, como? Se não como?

9. Você já teve alunos gays/lésbicas?

() Sim () Não. Se sim, como você os identificou? E se foi você que identificou que critérios utilizou para tanto?

10. Você já teve alunos/as transexuais? Se sim como foi a experiência?

11. Você acha que alunos/as gays, lésbicas ou transexuais sofrem preconceito na escola? Você já presenciou algum? Pode descrever?

12. Você já teve muitas alunas que engravidaram na adolescência? Pode contar um pouco sobre a experiência?

13. Em sua percepção educação sexual deve ser preocupação de todos os professores ou é assunto para ser tratado na disciplina Ciências/biologia?

14. Se você trabalha com educação sexual, poderia descrever os conteúdos abordados e a metodologia?

15. Você conhece o PPP de sua escola? Nele está contida a temática de gênero e sexualidade?
() Não conheço () conheço () Contem temática gênero e Sexualidade () Não contem temática gênero e sexualidade

16. Em sua opinião a escola deve fazer intervenção/educação sexual ou é papel da família?

17. Você gostaria de ter formação específica para trabalhar a temática de sexualidade?

() Sim () Não. Você poderia justificar sua resposta?

18. Utilize este espaço para fazer as considerações que considerar necessárias.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Professores



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
CEP: 88040-970 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
Tel. (048) 3721.9480**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROFESSORES

Meu nome é Paula Candido Cunha, sou acadêmica da 9ª. fase do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina e sob orientação da prof.ª Dra. Olga Regina Zigelli Garcia venho convidá-lo (a) para participar de um estudo com o nome: *“Sexualidades na adolescência e Escola: um diálogo possível?”* cujo objetivo é compreender os limites e possibilidades de abordar a temática sexualidade no processo educativo do ambiente escolar com estudantes do ensino médio. A sua participação neste estudo consistirá em responder algumas perguntas através do questionário google forms, por meio eletrônico, em horário que melhor lhe convir e que não interfira em suas atividades do dia a dia. As informações colhidas nesta entrevista só serão lidas por mim e por minha orientadora. Garantimos que manteremos sigilo e que os dados ficarão guardados em lugar apropriado por um prazo de cinco anos, sendo posteriormente destruídos. Os dados fornecidos neste estudo servirão apenas para esta pesquisa. O conteúdo da entrevista versa sobre sua experiência em abordar ou não a temática da sexualidade com os estudantes do ensino médio. Garantimos o direito ao sigilo e anonimato das informações fornecidas, bem como o direito de não responder a qualquer pergunta que não deseje, tanto quanto o direito de desistir da participação em qualquer momento da pesquisa sem qualquer tipo de prejuízo às suas atividades. Para que você manifeste o seu desejo em deixar de participar do estudo há os contatos meus e de minha orientadora ao final deste termo. Igualmente informamos que você, independente do momento da pesquisa, pode fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina para qualquer informação ou reclamação que julgar necessária. Este é o Comitê responsável pela avaliação da dimensão ética deste estudo. A sua participação não apresenta nenhum risco de natureza física. Entretanto, acreditamos que os questionamentos possam gerar algum desconforto de natureza psicoemocional pela possibilidade de mobilizar vivências negativas relacionadas a este tipo de tema. Se isso ocorrer você não precisa responder ao questionário. Caso isto ocorra, também estaremos dispostos a ouvi-lo(a) oportunizando uma escuta atenta e sensível. Garantimos que teremos o máximo cuidado com o manuseio dos dados para que não exista a possibilidade, mesmo que remota, de quebra de sigilo. Ressaltamos que pode ser que não haja benefícios diretos a você, mas esta trará benefícios indiretos relacionados à ampliação do conhecimento sobre o tema desta pesquisa contribuindo para a melhoria na qualidade do processo educativo ao aluno com dúvidas na temática sexualidade. Informamos também que você não será remunerado e que não terá nenhum custo durante sua participação. Contudo, garantimos o direito a ressarcimento caso haja despesas comprovadamente vinculadas ao estudo. Garantimos também o direito a indenização por qualquer dano direto ou indireto proveniente deste estudo, desde que devidamente comprovado. Informamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados em eventos científicos e em revistas da área da saúde, mantendo em anonimato o nome dos informantes. Como pesquisadoras, garantimos que seguiremos todas as orientações contidas na Resolução 466/2012 que rege as pesquisas com seres humanos no Brasil. Antes de responder ao questionário você está lendo este Termo de Consentimento Livre e esclarecido. O preenchimento do mesmo será considerado aceite e anuência com o presente TCLE. Caso não concorde é só não responder ao questionário.

Prof.^aDr.^a Olga Regina Zigelli Garcia
Departamento de Enfermagem da UFSC - das 8:30hs às 18:00hs.
Telefone:(48) 3721-9480
zigarcia@gmail.com

Paula CandidoCunha
Acadêmica de Enfermagem da UFSC.
Telefone: (48) 98405-3716
paulacandidoc@gmail.com

Endereço do CEPESH que analisou o Projeto: Prédio Reitoria II
R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade,
Florianópolis/SC CEP 88.040-400 –
Contato: (48) 3721-6094 - cep.propesq@contato.ufsc.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

DISCIPLINA: INT 5182-TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
PARECER FINAL DO ORIENTADOR SOBRE O TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

Paula desde o início demonstrou interesse e comprometimento com o trabalho a ser desenvolvido, seguindo todas as recomendações da orientação.

Ao longo do processo foi ganhando mais autonomia aprofundando-se na temática escolhida, o que resultou em um trabalho de excelente qualidade, atualizado e que vai ao encontro da necessidade de formação para professores e professoras do ensino básico.

Neste sentido o trabalho tem um grande potencial de transformação da realidade.

Recomendo a leitura e a publicação deste estudo.

Parabéns Paula! Siga neste caminho, pois a enfermagem e a sociedade precisa de profissionais comprometidas como você.

Florianópolis, 13 abril de 2021.

Olga Regina Zigelli Garcia